



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

238ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 22 e 23 de outubro de 2015

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

238ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 22 e 23 de outubro de 2015.

1 Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e quinze teve início a Ducentésima Trigésima
2 Oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação
3 do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheira Telma Maranhão Lopes, MDS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, MDS; Maira Leilane
7 Oliveira Almeida; Márcia Cristina Leal Góes - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
8 Assistência Social/CONGEMAS; Conselheira Marlene de Fátima Azevedo Silva, Vice-Presidente
9 do CNAS; Conselheiro Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill para Cegos; Conselheiro
10 Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento; Conselheiro Alceu
11 Kuhn, Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto
12 EcoVida; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Movimento Nacional de População de Rua; Sr.
13 Samuel Rodrigues – Fórum Nacional da População de Rua; Conselheira Patrícia Alves Vieira,
14 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Conselheira Jucileide do Nascimento,
15 Conselho Federal de Serviço Social; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de
16 Psicologia; Conselheira Cláudia Laureth Faquinote - União Brasileira de Educação e Ensino; Clátia
17 Regina Vieira; Jorge Abrahão de Castro; Fábio Moassab Bruni; Elise Andreolla; Isabel de Souza
18 Costa; Denise Mafra Gonçalves; Célia Maria de Souza Melo Lima; Maira Leiliane Oliveira
19 Almeida; Dulcineia Reginato Francisco; Carmem Lúcia Lopes Fogaça; Margareth Alves
20 Dallaruvera; Secretária-Executiva Substituta, Sra. Maria Auxiliadora Pereira
21 (Dorinha). **Convidados:** Sr. Célio Vanderley – Relatoria; Dulcelena Martins, Diretora-Executiva do
22 Fundo Nacional de Assistência Social, FNAS/SNAS/MDS. **ABERTURA.** A Vice Presidente

23 Marlene inicia a reunião, cumprimenta a todos os presentes, e justifica a ausência do Presidente
24 Edivaldo, o qual se encontra em uma agenda com a Ministra, para entregar-lhe uma Nota
25 Explicativa sobre o processo Eleitoral da Sociedade Civil, o Decreto 5.003, e em seguida solicita a
26 conferência do quórum. A Secretária Executiva Maria Auxiliadora saúda a todos e realiza a
27 conferência do quórum: Os Conselheiros titulares presentes são: Marlene Azevedo; José Crus; Célia
28 Melo Lima; Cláudia Faquinote; Alceu Kuhn; Clátia Vieira; Patrícia Vieira; Thiago Cabral.
29 Conselheiros no Exercício da Titularidade: Márcia Góes; Dulcinéia Francisco. Conselheiros
30 Suplentes: Maira Almeida; Naelson Ferreira; Carmem Fogaça; Jucileide Nascimento; Leovane
31 Gregório. **Item – Aprovação da Ata da 237ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 238ª**
32 **Reunião Ordinária.** Após aprovada a Ata da 237ª Reunião Ordinária pelo Pleno, a Vice Presidente
33 Marlene indica a pauta referente a 238ª Reunião Ordinária: No data de 21/10/2015 das 9h às 16h
34 foram realizadas as reuniões das Comissões Temáticas de Acompanhamento aos Conselhos;
35 Política; Financiamento e Orçamento e Normas da Assistência Social, das 16h às 19h foram
36 realizadas as reuniões da Presidência Ampliada, Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
37 Transferência de Renda e a Comissão de Ética. Em 22/10/2015, posterior ao presente item por hora
38 analisado, ocorrerá os Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS,
39 CONGEMAS e Conselheiros; das 14h às 18h o Relato da Comissão Organizadora da X
40 Conferência Nacional de Assistência Social. No dia 23/10/2015 de 9h às 10h o Relato da
41 Presidência Ampliada; das 10h às 11h o Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
42 Transferência de Renda; das 11h às 12h o Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das
43 14h às 15:30 o Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 15h30 às 17h o Relato da
44 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e das 17h às 18h o Relato da
45 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Não havendo nenhuma
46 manifestação contrária, a Pauta da 238ª se encontra aprovada. **Item Informes da Presidência e**
47 **Secretaria Executiva.** A Vice Presidente Marlene realiza a leitura dos Informes da Presidência e
48 Secretaria Executiva : "*Informes da presidência e da Secretaria-Executiva: ausências justificadas:*
49 *conselheira Mariana Silva nesta reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; a*
50 *conselheira Eufrasia Agizzio nesta reunião ordinária devido a problemas de saúde na família; a*
51 *conselheira Márcia de Carvalho Rocha, nos dias 22 e 23 devido a sua participação no 1º seminário*
52 *internacional sobre o políticas de cuidados de longa duração para a pessoa idosa, representando o*
53 *CNAS; a conselheira Solange Teixeira nesta reunião ordinária, pois representará o CNAS na*

54 *conferência estadual de assistência social de Pernambuco nos dias 21 e 22 de outubro; o*
55 *conselheiro Leovane Gregório nos dias 19 a 21 em virtude de sua presença na conferência estadual*
56 *de assistência social do Paraná; o conselheiro Samuel Rodrigues na reunião da comissão de*
57 *financiamento e orçamento, devido a compromissos institucionais; a conselheira Lucia Marquim,*
58 *em virtude de sua participação na conferência estadual de Pernambuco; e do conselheiro*
59 *Anderson, que está participando do encontro nacional de população em situação de rua. As*
60 *convocações de participação: o presidente do CNAS, Edivaldo Ramos, participou dos seguintes*
61 *eventos representando o CNAS: conferência de assistência social do Mato Grosso do Sul nos dias*
62 *primeiro e 2 de outubro em Campo Grande Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, desculpa; abertura*
63 *da conferência estadual de Assistência social de São Paulo no dia 6 de outubro em São Paulo;*
64 *conferência estadual de assistência social do Rio de Janeiro nos dias 7 e 8 de outubro; conferência*
65 *de assistência social do Distrito Federal no dia 13 de outubro; conferência estadual de assistência*
66 *social de Rondônia no período de 14 a 16 de outubro; o presidente participará das conferências*
67 *estaduais de Minas Gerais no período de 26 a 29 de outubro; do Rio Grande do Sul de 3 a 5 de*
68 *novembro; e na conferência de Roraima nos dias 5 e 6 de novembro. O conselheiro Anderson*
69 *Miranda foi convocado e representou o CNAS no 14º encontro estadual de trabalhadores e*
70 *trabalhadoras do SUAS de São Paulo com o tema "Conferências de assistência social, Rumos do*
71 *controle e da participação social", no dia 26 de setembro em Santo André; a conselheira Léa*
72 *Braga participou da conferência estadual de assistência social de Sergipe nos dias 29 a 30 de*
73 *setembro, e 1 de outubro; o conselheiro Samuel Rodrigues participou da décima primeira*
74 *conferência estadual de assistência social de Mato Grosso do Sul, dias primeiro e 2 de outubro em*
75 *Campo Grande; a conselheira Aldenora González participou da conferência estadual de*
76 *assistência social no Pará no período de 2 a 4 de outubro, e foi convocada para conferência de*
77 *assistência social de Roraima nos dias 5 e 6 de novembro, porém, devido à alteração da data a*
78 *conselheira não poderá participar por compromissos institucionais agendadas anteriormente,*
79 *diante disso, o conselheiro Fábio Bruni foi consultado e representará o CNAS na conferência de*
80 *Roraima; a conselheira Solange Teixeira participou das conferências estaduais de assistência*
81 *social do Ceará dia 7 e 8 de outubro, de Pernambuco dia 21, que está acontecendo, a 22 de*
82 *outubro, e foi convocada para conferência estadual de assistência social da Bahia no período de 3*
83 *a 6 de novembro; o conselheiro Alceu Kuhn participou das conferências estaduais de assistência*
84 *social da Paraíba no dia 29 e 30 de setembro, e 1 de outubro, do Acre dias 8 e 9 de outubro, e foi*

85 *convocado para conferência estadual de assistência social de Tocantins nos dias 29 e 30 de*
86 *outubro; a conselheira Margareth Dallaruvera representou o Conselho Nacional de Assistência*
87 *Social na conferência estadual de assistência social de Alagoas nos dias 8 e 9 de outubro em*
88 *Maceió; o conselheiro Anderson Miranda participou das conferências estaduais do Rio Grande do*
89 *norte nos dias 8 e 9 de outubro, do Amazonas nos dias 14 a 16 de outubro, e foi convocado para as*
90 *conferências estaduais do Maranhão de 16 a 18 de novembro e de Santa Catarina de 9 a 11 de*
91 *novembro; O conselheiro Fábio Bruni participou da conferência de assistência social do Distrito*
92 *Federal nos dias 14 de outubro como palestrantes do tema "Participação social como fundamento*
93 *para a consolidação do SUAS"; a conselheira Márcia Góes participou da conferência estadual de*
94 *assistência social do Amapá nos dias 15 e 16 de outubro; a conselheira Cláudio Faquinote*
95 *participou da conferência estadual de assistência social do Piauí nos dias 14, no período de 14 a*
96 *16 de outubro; o conselheiro Naelson Ferreira participou da 143ª reunião da CIT no dia 15 de*
97 *outubro em Brasília; a conselheira Clátia Regina Vieira representou o CNAS na primeira reunião*
98 *da Câmara técnica da CIT sobre o ACESSUAS/Trabalho, Pronatec no dia 16 de outubro de 2015*
99 *em Brasília; os integrantes da Subcomissão de mérito do CNAS foram convocados para reunião da*
100 *Subcomissão de mérito do CNAS no dia 19 de outubro em Brasília; os integrantes titulares da*
101 *comissão organizadora da X Conferência nacional de Assistência social foram convocados para a*
102 *nona reunião da comissão organizadora da X Conferência nacional de Assistência social no dia 19*
103 *e 20 de outubro em Brasília; o conselheiro Leovane Gregório participou da conferência estadual*
104 *de assistência social do estado do Paraná no período de 19 a 21 de outubro e foi convocado para*
105 *as conferências estaduais do Mato Grosso no período de 26 a 28 de outubro e do Espírito Santo de*
106 *4 a 6 de novembro; os conselheiros nacionais, titulares e suplentes, foram convocados para a 238ª*
107 *reunião ordinária do CNAS, no período de 21 a 23 de outubro em Brasília.*
108 *Participações/convidados: os (as) relatores ou Relatoras Célio Vanderley, Carlos Eduardo*
109 *Ferrari, Maria Luiza Rizzotti, Denise Colin e Márcia Lopes participaram da reunião da equipe de*
110 *relatoria da X Conferência nacional de Assistência social nos dias 30 de setembro e 1 de outubro*
111 *em Brasília. O relator Carlos Eduardo Ferrari foi convidado para reunião da comissão*
112 *organizadora da X Conferência nacional de Assistência social realizado no dia 19, de 14 h às 18h,*
113 *e no dia 20, de 9h às 18h. Relator Célio Vanderley foi convidado para a 238ª reunião ordinária do*
114 *CNAS, que será realizada nos dias 22 e 23 de outubro nesse CNAS para fechamento do*
115 *Sisconferência e acompanhamento do relato da comissão organizadora. 4) e-mails enviados aos*

116 *conselheiros do CNAS: projeto de pesquisa do levantamento censitários das instituições de longa*
117 *permanência para idosos, ILPI; o informe Rede Alimenta de 2/10/2015; o informe sobre a*
118 *teleconferência, debate "Trabalho social com famílias no âmbito do SUAS"; o InfoSUAS de 24/09;*
119 *o InfoSUAS de 1º/10; a manifestação do Conselho Nacional de Assistência Social em defesa das*
120 *políticas públicas e dos direitos sociais aprovada na ducentésima trigésima sétima reunião*
121 *ordinária do CNAS; o manifesto interconselhos em defesa da democracia e das políticas sociais;*
122 *documentos para subsidiar os conselheiros em suas participações e nas conferências estaduais e do*
123 *DF; o informe do CNAS número 7, aprovado na ducentésima trigésima sétima reunião ordinária*
124 *do CNAS; a nota de esclarecimento do MDS sobre a publicação da reportagem da Revista Veja*
125 *sobre o programa Bolsa Família; apresentação em Power Point sobre a mesa nacional de gestão*
126 *do trabalho no Sistema Único de Assistência Social, divulgado na plenária do mês de setembro de*
127 *2015; o informe sobre a teleconferência, debate trabalho social com famílias no âmbito do SUAS; o*
128 *informe Rede Alimenta de 2/10; a pauta da ducentésima trigésima oitava reunião ordinária; a ata e*
129 *Degravação da ducentésima trigésima sétima reunião ordinária; o InfoSUAS de 15/10; o informe*
130 *Rede Alimenta de 20/10; o InfoSUAS de 20/ 10. 4.2) CNAS informa: consulta pública da carta de*
131 *princípios do fórum nacional dos usuários do SUAS, dia 9 de outubro; a segunda edição do Mérito*
132 *CNAS inscrições abertas até 28 de outubro, esta data foi ampliada para que dia, Dorinha? No*
133 *momento do informe da comissão organizadora a gente diz do período de ampliação, dia 14 de*
134 *outubro. Resoluções e portarias: portaria nº 92, de 28 de setembro de 2015, que designa Laís*
135 *Maranhão Santos Mendonça para compor o Conselho Nacional de Assistência Social na qualidade*
136 *de suplente representando o MDS em substituição a conselheira Juliana Piccoli Agatte; a portaria*
137 *nº 95, de 15 de outubro de 2015, que designa Denise Mafra Gonçalves para compor o Conselho*
138 *Nacional de Assistência Social, CNAS, na qualidade de membro suplente do governo,*
139 *representando MDS em substituição ao conselheiro Pedro Tomás de Oliveira neto no momento de*
140 *esse evento aqui eu passo a palavra às novas conselheiras para manifestação, mas sejam bem-*
141 *vindas e tenho certeza que contribuíram bastante com a discussão desse colegiado. A portaria nº*
142 *390, de 30/09/2015, que dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo administrativo*
143 *eletrônico ou digital no âmbito do MDS; a resolução CNAS número onze, de 23 de setembro de*
144 *2015, que caracteriza os usuários, seu direito e sua participação na política de assistência social e*
145 *no SUAS e revoga a resolução 24, 16 de fevereiro de 2006. Convites: o comitê consultivo vinculado*
146 *ao grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos enviou o convite para o CNAS participar*

147 *da reunião do comitê no dia 23 de outubro de 2015; o comunicamos a impossibilidade de*
148 *participação do representante deste conselho na referida reunião, em razão de coincidir com a*
149 *ducentésima trigésima oitava reunião ordinária do CNAS. E por último, não menos importante, os*
150 *aniversariantes de outubro: Maria José Freitas, no dia 2 e a Célia Lima dia 25”.* A Conselheira
151 Célia informa que a Conselheira Solange esteve presente na Conferência do Ceará nos dias 07, 08 e
152 09 de outubro. A Vice Presidente procede a boas vindas às novas Conselheiras as Sras. Denise e
153 Elise. **Item – Informes MDS.**O Sr. José Crus informa que a Secretaria Ieda não pode comparecer
154 para realizar os Informes, tendo em vista audiência com a Sra. Ministra Thereza Campelo, pondera
155 que o primeiro ponto trata-se da pesquisa de Entidade de Assistência Social Privada sem fins
156 lucrativos no Brasil, referente a 2014 e 2015, realizada pelo IBGE em parceria com o MDS, a qual
157 foi divulgada no dia 30 de setembro na cidade do Rio de Janeiro, a primeira etapa da pesquisa com
158 dados de 2013 foi divulgada em 26 de novembro de 2014, atualizando dados cadastrais das
159 unidades locais identificadas com a Assistência Social, nessa etapa a pesquisa identificou 13.169
160 unidades *“prestadoras de serviços de assistência social no país, abrangendo um conjunto amplo de*
161 *informações sobre a atuação, estrutura e funcionamento da rede privada sem fins lucrativos de*
162 *assistência social. A pesquisa examinou questões como perfil e faixa etária do público-alvo desses*
163 *serviços executados por essas entidades, formas de chegadas dos usuários e responsável pelos*
164 *encaminhamentos. A existência de critérios de seleção para o atendimento. As atividades*
165 *desenvolvidas e os objetivos dos serviços das entidades. A cobertura e a forma de registro dos*
166 *atendimentos. A oferta de benefícios socioassistenciais e de alimentação, entre outros aspectos*
167 *referentes às entidades privadas no âmbito da Assistência Social. Destaca-se na pesquisa a*
168 *prevalência na oferta dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, o levantamento*
169 *mostra que 75,4% das unidades oferecem esses serviços. Entre as unidades que prestam serviços de*
170 *convivência e fortalecimento de vínculos,59% atendem crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e*
171 *58,4% trabalham com um grupo de 18 a 59 anos de idade. A pesquisa também revela que as*
172 *unidades para idosos, como Casa Lar, Abrigo Institucional ou instituição de longa permanência*
173 *representam 75,5% das unidades de acolhimento. Em relação ao vínculo empregatício, a pesquisa*
174 *então nos revelou que das 13.659 entidades identificadas pela pesquisa,9299 possuem funcionários*
175 *contratados, correspondendo aí a 68,1% do total. Esse dado, ele refere-se a trabalhadores da*
176 *Assistência Social contratados com o emprego formal e direitos trabalhistas garantidos. A*
177 *participação, a publicação, ela traz notas técnicas, como considerações metodológicas sobre a*

178 *pesquisa e um glossário com os termos e conceitos considerados relevantes para a compreensão*
179 *dos resultados. Existe um CD-ROM que acompanha essa publicação, que reproduz o volume*
180 *impresso. O IBGE disponibilizará, além da publicação online, publicações impressas para todos os*
181 *interessados nesse valioso instrumento aí para conhecimento do perfil, da dimensão e dinâmica da*
182 *Assistência Social ofertadas por entidades e organizações de assistência social no país. O segundo*
183 *ponto de informe é o Censo SUAS, o Censo SUAS está disponível para preenchimento dos gestores*
184 *municipais e estaduais. O censo é realizado anualmente e permite traçar um retrato detalhado aí*
185 *da assistência social no país, de forma a monitorar as unidades, atividades, serviços prestados e o*
186 *perfil de trabalhadores. O acesso ao sistema é eletrônico é feito por meio de um link, de um*
187 *aplicativo que aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas. Para preencher o um questionário os*
188 *responsáveis deverão usar o loguin e a senha de acesso ao sistema da Rede SUAS, os mesmos do*
189 *sistema do CADSUAS. O período de preenchimento é escalonado de acordo com a unidade de*
190 *serviço. Então vou dizer aqui o prazo, porque houve uma pequena alteração, a gente já tinha*
191 *informado aqui, mas eu faço novamente. O CRAS, CREAS e Centro POP nós temos aí o período de*
192 *preenchimento do dia 17 de setembro até o dia 13 de novembro. Até a data de hoje, dos 8164*
193 *CRAS,2691 já preencheram o questionário do censo CRAS. Dos 2359 CREAS,713 já preencheram*
194 *o censo. Dos 54 CREAS regionais, apenas um até o momento preencheu um questionário. O Centro*
195 *POP, dos 230,81 já preencheram o questionário. O centro de convivência, dos 7936 existentes no*
196 *país,1246 já preencheram. A data de início do questionário do centro de convivência foi no dia 5*
197 *de outubro e os gestores tem até dia 20 de novembro para o preenchimento. A gestão municipal,*
198 *dos 5570 gestão municipal,835 já preencheram. Dos conselhos municipais e estaduais, dos*
199 *5570,207 já preencheram. Para gestão municipal e conselhos municipais iniciamos o questionário,*
200 *o preenchimento do questionário que foi disponibilizado no dia 13 de outubro e os gestores e os*
201 *conselhos têm até o dia 20 de novembro para o preenchimento. As Unidades de Acolhimento das*
202 *5315 unidades existentes no país, 78 já preencheram o questionário. Unidades de acolhimento*
203 *estadual das 107 existentes, nenhuma, ainda preencheram o questionário. A unidade de*
204 *acolhimento teve início no dia 19 de outubro e terá até o dia 27 de novembro para o*
205 *preenchimento. Os serviços de Proteção Social Especial para as pessoas com deficiência e idosos e*
206 *suas famílias e a gestão estadual, iniciaremos com o questionário no dia 26 de outubro e os*
207 *gestores terão até o dia 27 de novembro para o preenchimento. Nós teremos também um período*
208 *para retificação de 28 de novembro a 6 de dezembro. Então como senhores e senhoras sabem, essa*

209 *é uma ferramenta importante aí para a gente monitorar a implantação do Sistema Único de*
210 *Assistência Social no nosso país. Um outro informe que nós institua lemos no âmbito da CIT*
211 *algumas câmaras técnicas, então nós estamos com a Câmara técnica de imigrantes no SUAS, essa*
212 *Câmara técnica tem como objetivo definir o papel da Assistência Social e propor ações*
213 *intersectoriais para o atendimento aos migrantes em conjunto com as demais políticas públicas.*
214 *Então uma câmara técnica importante que está em curso no âmbito da CIT para discutir aí as*
215 *questões de imigrante. Uma outra Câmara técnica que está em discussão também no âmbito da*
216 *CIT, que eu faço a informá-los é a Câmara técnica do programa nacional de promoção do acesso*
217 *ao mundo do trabalho, o ACESSUAS/Trabalho, essa Câmara técnica reuniu no dia 14 de outubro e*
218 *os integrantes da Câmara técnica do programa ACESSUAS/Trabalho com o objetivo de avaliar a*
219 *implementação do programa no período de sua execução, de 2012 a 2014 e refletir sobre a*
220 *necessidade de rediscutir o seu formato, ofertas e atenção, considerando seu atual estágio, bem*
221 *como qualificar as ações vinculadas ao acesso de oportunidades ao mundo do trabalho para o*
222 *público atendido pela política pública de assistência social.” . A Conselheira Carmem questiona*
223 *qual a data que foi colhida às informações sobre o preenchimento. A Conselheira Maira indaga*
224 *sobre a possibilidade de se disponibilizar para os Estados a lista detalhada com os dados. O*
225 *Conselheiro José Crus esclarece que os gestores costumam realizar o preenchimento próximo ao*
226 *prazo final, o qualseráem novembro. A Vice Presidente Marlene que deverá ser providenciado um*
227 *“CNAS Informa” sobre o CENSO SUAS. **Item Informes CIT.**O Conselheiro Naelson realiza a*
228 *leitura no que se refere aos Informes da CIT: “No dia 15 de outubro, último agora, aconteceu a*
229 *143ª reunião da Comissão Intergestores Tripartite, onde estivemos relatando os informes desse*
230 *conselho. E discutindo os assuntos colocado em pauta, quais foram? A portaria 81, de 25 de agosto*
231 *de 2015 da SENARC, que altera as portarias 754, de 20 de outubro de 2010 e número 256, 19 de*
232 *março de 2010 referente a IGDM e ao IGDE do programa Bolsa Família. Em seguida*
233 *apresentação do atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros e ao término a portaria*
234 *sobre o bloco de financiamento que foi colocado pelo conselheiro José Crus, mas logo após eu*
235 *estarei informando um pouco mais. O quarto assunto foram os informes do COGEMAS, FONSEAS,*
236 *CNAS e MDS. Devido ao horário de voo, nós contamos com apoio do conselheiro Fábio Bruni que*
237 *fez um relato do CNAS junto à CIT. Na parte da manhã os conselheiros, os membros da CIT foram*
238 *convidados para uma reunião com o deputado Eduardo Barbosa a respeito do marco Regulatório,*
239 *onde tive a oportunidade de estar acompanhando essa reunião. Foram apresentadas 152 propostas*

240 *de mudanças ao marco Regulatório e o deputado Eduardo Barbosa ficou como relator para*
241 *consolidar uma nova lei, uma lei que venha alterar o marco Regulatório. Ele ouviu diversos*
242 *segmentos, um pouco antes de estarmos lá ele estava reunido com o segmento das entidades de*
243 *assistência social, mas tinham algumas outras que eu percebi que era da área de saúde, como por*
244 *exemplo representantes das santas casas. E o que nós conseguimos verificar só até o horário do*
245 *nosso retorno para CIT, tinham 50 lâminas com possíveis mudanças, essa nova lei seria aprovada*
246 *no dia 20, mas foi adiada a votação para o dia 27/10, devido a uma solicitação de vista feita pelo*
247 *senador José Pimentel. As lâminas não foram disponibilizadas, então nós não temos muito o que*
248 *apresentar, mas haverão muitas mudanças, isso nos preocupa um pouco, principalmente*
249 *assistência social, pois dá para perceber nessas mudanças o interesse de vários segmentos em*
250 *estarem participando dos recursos públicos, dos processos licitatórios, inclusive cooperativas.*
251 *Como é um projeto ou uma lei, desculpe-me, para todos os segmentos, a saúde em especial as*
252 *entidades na área de saúde não tem interesse na lei, mas foi colocado, deixado bem claro que a lei*
253 *é para todos, mesmo que as santas casas não querem, porque eles já têm o sistema único de saúde,*
254 *não querem participar do processo, eles vão ter que participar. E ele deixou também, o Eduardo*
255 *Barbosa, a dificuldade que é ter aprovar, não somente essa lei como as demais, porque tem que*
256 *apreciar a todos os segmentos, senão não consegue passar, e se não conseguir passar agora até os*
257 *próximos dias, agora de 27, vai valer o que está atualmente. Então h e á uma corrida, um empenho*
258 *imenso de todos para que possam haver as mudanças. Com relação a portaria sobre o bloco de*
259 *financiamento colocado pelo companheiro e conselheiras José Crus, é algo interessante foi*
260 *discutido dentro da reunião da CIT, não foi pactuado ainda, mas a proposta é que os recursos que*
261 *estão parados nos municípios e estados, inclusive de programas que não mais existem, mas houve*
262 *sobra de recursos, estão parados nas contas, elas sejam divididas em blocos de acordo com o*
263 *segmento, como que eu posso dizer? As rubricas, mas é com as médias, a baixa, complexidade de*
264 *acordo com as complexidades e os níveis de complexidade, isso obrigado José, e os municípios vão*
265 *poder usar, utilizar esses recursos, remanejar esses recursos para o próximo ano, isso é algo*
266 *gratificante, bom para todos, e principalmente para os municípios e estados que têm muito recurso*
267 *na conta, como, por exemplo, posso citar que eu vi esses dias Campo Grande Mato Grosso do Sul*
268 *capital, e São Paulo capital”.* A Vice Presidente Marlene discorre que com relação a discussão da
269 lei que modifica o Marco regulatório, a SNAS tem acompanhado por meio do Departamento da
270 Rede Privada, entende que seria interessante que o encaminhamento ao CNAS o Informe detalhado

271 do processo de discussão, para ser compartilhado entre os Conselheiros. O Conselheiro José Crus
272 responde positivamente sobre a possibilidade de disponibilização do material. **Item – Informes**
273 **FONSEAS.**A Conselheira Célia informa que no dia 14 de outubro ocorreu a reunião ampliada do
274 FONSEAS, com o tema central: a revisão do pacto de aprimoramento do SUAS, de âmbito
275 estadual, o qual encerra em dezembro de 2015, a reunião contou com a presença do MDS,
276 oportunidade em que foi apresentado pela Secretaria Nacional a Ieda Castro, os avanços e desafios
277 do pacto atual da gestão estadual, com base no CENSO SUAS 2014, após apresentação da
278 Secretaria foi feito um debate, o qual resultou na seguinte conclusão: o próximo pacto que será de
279 2016 a 2019, deverá contemplar prioridades em duas dimensões, primeiramente as regionais; quatro
280 prioridades são essenciais ao pacto, uma prioridade refere-se ao cofinanciamento do ente federado
281 estadual junto aos Municípios, a segunda prioridade é relativa ao apoio técnico dos Estados para os
282 Municípios, terceira: a regionalização dos serviços de proteção social especial, bem como a
283 qualificação dos serviços sócio assistenciais. O FONSEAS está planejando uma metodologia que
284 contemple a participação de todos os entes federados, especialmente os Estados, para tanto, informa
285 que está sendo formada uma Comissão Técnica Nacional do FONSEAS com participação de todos
286 os Estados, também uma Comissão Técnica composta pelo FONSEAS, MDS, CONGEMAS.
287 Acrescenta que no âmbito do FONSEAS haverá uma Comissão menor para a organização e
288 avaliação composta por cinco técnicos, um de cada região do Brasil. Pondera que a data para
289 entrega do novo pacto pelos estados foi ampliada até o mês de junho de 2016. Acrescenta que as
290 novas prioridades serão pactuadas na CIT. Informa que há a preocupação que o novo pacto
291 contemple as deliberações advindas da Conferência Nacional e das Conferências Estaduais. Explana
292 que a próxima revista do FONSEAS trará como tema os 10 anos do SUAS. A Conselheira Maira
293 complementa que o FONSEAS realizou uma enquete com todos os Estados com relação à questão
294 do corte orçamentário do Programa Bolsa Família, e está lançando uma Nota de Repúdio a essa
295 ação, assinada por todos os Estados brasileiros, e está sugerindo aos Conselhos que se reúnam e
296 formem uma comissão para que seja entregue pessoalmente a Câmara Legislativa. A Vice
297 Presidente Marlene propõe que se retire um representante de cada Comissão do CNAS para
298 elaboração de uma Nota de Repúdio, os representantes serão os coordenadores de cada Comissão.
299 **Item – Informes do CONGEMAS.** A Conselheira Márcia Góes informa que com relação a
300 redução do Programa Bolsa Família, o colegiado está lançando em seu site uma nota propositiva
301 sobre a situação, acrescenta que está com a cópia, e disponibiliza aos Conselheiros, pondera que a

302 algumas equipes de CAS e do Programa Bolsa Família de alguns Municípios já estão sofrendo
303 algumas agressões, devido a notícia sobre a redução no orçamento. Informa também, que o
304 colegiado está com as datas de suas reuniões disponíveis, sendo que o Encontro do COEGEMAS
305 Centro-Oeste será no dia 18 e 19 de fevereiro, na região Norte serão nos dias 25 e 26 de fevereiro,
306 no Sudeste 17 e 18 de março, no Nordeste 31 de março a 01 de abril, e no Sul acontecerá de 14 a 15
307 de abril, o Encontro nacional do CONGEMAS será nos dias 18, 19 e 20 de maio. A Vice Presidente
308 Marlene passa a Coordenação da presente reunião para o Presidente Edivaldo. O Presidente
309 Edivaldo informa sobre a audiência com a Ministra, que a apresentou os pontos debatidos relativos
310 a Nota, as razões e interesses que seja reformulado o Decreto, a urgência para que ocorra
311 preferencialmente até o dia 31 de dezembro em função do processo eleitoral de 2016 que se iniciará
312 a partir de janeiro, participaram da reunião, além do Presidente Edivaldo, a Sra. Ministra, a
313 Secretária Nacional Ieda, o Secretário Marcelo Cardona e a chefe de gabinete Iolanda. Pondera que
314 a Ministra orientou que o CNAS estreite o diálogo com o TCU, e solicitou que um Conselheiro
315 fosse indicado para participar de uma reunião com o Secretário Marcelo Cardona, com a Secretária
316 Ieda e a CONJUR, para elaboração de um documento que possa ser formulado para o CNAS
317 discutir e verificar, compondo uma comissão posteriormente para realizar um diálogo com um dos
318 Ministros do TCU mais ligado a matéria. A Ministra enseja que a presidenta Dilma assine o Decreto
319 durante a Conferência. Acrescenta que foi discutido também o assunto relacionado ao Relatório do
320 Deputado Eduardo Barbosa que será votado na semana seguinte, outra proposta discutida foi sobre
321 a Portaria do CNAS que versa sobre diárias e passagens, e foi solicitado ao CNAS para realizar a
322 busca do documento, a Secretária Ieda não tem conhecimento do documento. A Vice Presidente
323 Marlene informa que o TCU está com uma auditoria operacional e uma das questões trata-se sobre a
324 competência dos conselhos junto política de Assistência Social, o Conselho foi chamado, e a Vice
325 Presidente o representou. Discorre que foi questionada pelo Tribunal de Contas sobre o motivo da
326 eleição ser feita com relação a pessoa física, informa que respondeu na ocasião que assim é
327 realizada a eleição em virtude da própria orientação do TCU, apesar do Conselho não concordar
328 com esse modelo. A Conselheira Cláudia registra interesse em participar da reunião com o
329 Secretário Marcelo Cardona na semana seguinte. A Conselheira Léa se manifesta a favor da
330 participação da Conselheira Cláudia, tendo em vista que ela coordena a Comissão de Normas e está
331 discutindo o assunto que será tratado a um tempo considerável. A Conselheira Margareth questiona
332 quando o grupo irá iniciar os trabalhos sobre as eleições das entidades. O Presidente Edivaldo

333 entende que o momento inicial será quando for discutida a Resolução do processo eleitoral porque o
334 Decreto não é objeto de detalhamento. **Item – Informes Conselheiros.**A Conselheira Maira
335 informa sobre a notícia advinda do Município da Bahia, na zona rural, uma usuária do Programa
336 Bolsa Família desliga-se do programa após a aposentadoria. O Conselheiro Thiago informa que foi
337 convidado a participar como candidato a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na
338 seccional do Butantan-SP. A Conselheira Aldenora informa que os Fóruns dos usuários instituídos
339 no Brasil são dos seguintes Estados: Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Bahia, Piauí, Rio
340 Grande do Norte, Sergipe, Ceará e Mato Grosso do Sul. A Conselheira Célia informa que o estado
341 do Ceará realizou no dia 25 de setembro uma audiência pública na Assembleia Legislativa, sobre os
342 10 anos da Assistência Social, com a participação da Secretária acional Ieda Castro. A Conselheira
343 Margareth enfatiza sobre a importância da participação do CNAS na Conferência de Alagoas, e a
344 Conselheira participou de uma reunião com o fórum dos trabalhadores, registra que os usuários se
345 encontravam bastante desorientados, e não sabia sequer da existência do fórum dos usuários. O
346 Conselheiro Alceu relata que participou da Conferência do Acre, registra que a conferência foi
347 muito bem organizada, e o processo democrático respeitado, houve manifestação de apoio da gestão
348 para a realização do Fórum dos Usuários do Acre. O Conselheiro Naelson, enquanto seguimento
349 das entidades se solidariza com a região do Sul que estão enfrentando enchentes, informa que a
350 entidade fé e alegria reduziu na metade suas coordenações no país devido a crise econômica e
351 política do país, as entidades de Assistência Social tem realizado o apoio aos Conselhos na
352 realização de suas conferências. A Conselheira Márcia Góes informa que participou da Conferência
353 estadual do Amapá, destaca que dos 16 delegados, 9 deles eram da mesma entidade. A Conselheira
354 Clátia informa sobre a reunião da Câmara Técnica que participou representando o CNAS, realizada
355 em 14 de outubro, com a Coordenação da Conselheira Léa e representações do CONGEMAS e
356 FONSEAS, onde foi discutido o impacto da ação sobre as pessoas e sua família, consonância do
357 programa com os objetivos, papel e função da Política de Assistência Social, a contribuição de cada
358 dimensão, articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento da trajetória, a dificuldade
359 dos Municípios em executar os recursos do Programa, o papel das instâncias Federal, Estaduais e
360 Municipais, e a execução do programa ACESSUAS Trabalho, continuidade dos programas de
361 acesso ao mundo do trabalho na Política de Assistência Social. A Conselheira Cláudia informa que
362 no dia 14 participou de Conferência, onde também estava presente a Conselheira Telma, e contou
363 também com a parceria da Conselheira Solange nos dias 14 e 15, a qual representou o MDS. O

364 Conselheiro Leovane informa que esteve na Conferência do Distrito Federal, acrescenta que a
365 Política de Assistência Social enfrenta dificuldades de funcionamento no DF. O Conselheiro José
366 Crus esclarece que o MDS possui responsabilidade no monitoramento e acompanhamento
367 juntamente com o Governo do Distrito Federal. O Conselheiro Fábio informa que representou o
368 Conselho na Conferência do Distrito Federal, acrescenta que houve muita tensão pois houve
369 participação do Secretário anterior, e portanto, comparações de gestão, registra a desorganização da
370 Conferência de uma maneira geral, e muito mal estar na participação das discussões. O Presidente
371 Edivaldo confirma que a Conferência do DF apresentou muitas dificuldades. **Item – Relato da**
372 **Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.** A Conselheira Telma realiza a
373 leitura referente à memória de reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento: *“reunião da*
374 *comissão de financiamento e orçamento da assistência social, outubro de 2015, a reunião 08/2015,*
375 *data 21/10/2015, horário de 9h às 12h, em local é o endereço daqui, eu não vou ler não.*
376 *Conselheiros presentes: Telma Maranhão Gomes, coordenadora; Fábio Bruni, Elise Andreolla; a*
377 *Maira Leilane Oliveira Almeida; o Naelson da Silva Ferreira; Patrícia Alves Vieira; a Carmem*
378 *Lúcia Lopes Fogaça; a Laurimara Batista de Almeida Campos, chefe da divisão; Simone de*
379 *Almeida, Coordenadora-Geral; e Secretaria-Executiva do CNAS, o Becchara Miranda; Suzane*
380 *Gonçalves; e a Leila Montalvão. Os convidados: a Dulcelena Martins, Diretora-Executiva do*
381 *Fundo Nacional de Assistência Social, FNAS/SNAS/MDS. 1) A análise do relatório de execução*
382 *orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, exercício 2015 terceiro*
383 *trimestre. Loas, artigo 19, item 7. Convidados então o Fundo Nacional de Assistência Social. A*
384 *Diretora-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, Dulcelena Martins, apresentou o*
385 *relatório de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social apurado*
386 *pelo regime da caixa no período de janeiro a setembro de 2015. A lei 13.115, de 20 de abril de*
387 *2015, a lei orçamentária anual, aprovou para a FNAS o orçamento de R\$44.999.537.125,00, ao*
388 *longo do trimestre foi feito um acréscimo na dotação de 159 milhões de reais, totalizando*
389 *R\$45.158.537.125,00, que apresentaremos como títulos os benefícios assistenciais, serviços,*
390 *programas, projetos e gestão. Então no item 1.1 - As despesas com benefícios assistenciais.*
391 *operacionalização desses benefícios compete ao instituto nacional de serviço social, INSS. A*
392 *execução orçamentária e financeira do BPC e do RMV, aqui apresentada corresponde*
393 *respectivamente às descentralizações de crédito de orçamentários e repasses de recursos*
394 *financeiros realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Instituto Nacional de*

395 *Seguridade Social. Quanto à execução orçamentária e financeira das ações de cumprimento de*
396 *sentenças judiciais e corresponde a descentralização de crédito orçamentário e repasses de*
397 *recursos financeiros realizados automaticamente pela Secretaria de Orçamento Federal aos*
398 *tribunais regionais federais. Isso a dizer para vocês que mesmo não passando pelo fundo, pelo*
399 *MDS e sendo direto das ações judiciais, mas esses recursos, esses milhões todos que envolvem*
400 *essas operações prejudiciais, elas são computadas no nosso orçamento, sai do nosso orçamento, só*
401 *para ficar claro. 1.2) despesas com serviços, programas, projetos e gestão. Ações*
402 *socioassistenciais de caráter continuado, a que a dotação atualizada R\$2.320.801.000,00,*
403 *empenho até 30/09 R\$1.973.444.770,00 e o liquidado até 30/09 é R\$872.818.293,00 e o acumulado*
404 *R\$1.273.595.000,00. Depois do subtotal que envolve convênios e contratos, então a dotação*
405 *atualizada R\$163.305.033,00, a empenhada R\$473.525,00, a executada e liquidada R\$237.525,00*
406 *e o acumulado R\$ 66.840.545.000,00. Convênios e contratos: é isso que eu acabei de ler, agora o*
407 *ACESSUAS, dotação atualizada: R\$48.731.831,00 não foram executados e terão que ser pagos*
408 *R\$21.649.877,00. O outro subtotal do processamento de dados, manutenção e operacionalização*
409 *do BPC e RMV, a dotação atualizada é: R\$63.881.888,00, empenhado até 30/09 R\$54.812.776,00,*
410 *liquidado até 30/09, não, era o empenho, desculpa, 54 milhões foi empenho, o liquidado então*
411 *R\$53.978.678,00 e pago até 31/09 R\$38.133.325,00. E finalmente o subtotal de apoio à gestão, nós*
412 *temos a dotação atualizada R\$162.257.544,00, o empenho até 30/09: é de R\$89.835.084,00, o*
413 *liquidado até 30/09 é de R\$17.048.719,00 e pago até 30/09 é de R\$50.508.337,00. Então o total*
414 *geral que envolvem todos esses subtotais que nós já lemos da dotação atualizada*
415 *R\$2.758.877.426,00, do empenho até 30/09 é de R\$2.117.830.155,00, liquidado até 30/09 é*
416 *R\$944.081.512,00 e pago R\$1.450.622.139,00. Do total do orçamento aprovado pelo FNAS foi*
417 *empenhado valor de R\$2.117.730.155,00, sendo R\$ 1.973.444.777,00 relativos aos serviços*
418 *socioassistenciais e R\$ 144.421.305,00 as demais ações. A execução financeira do FNAS incluindo*
419 *o RAP foi de R\$ 1.273.590.005,00, concernente aos serviços socioassistenciais de R\$*
420 *177.032.134,00, e aos programas totalizando R\$ 1.467.000.000,00 e R\$ 8.449.350,00. Fundo*
421 *nacional de assistência social é o responsável pela execução orçamentária e financeira dos*
422 *recursos da ação 8446, serviços de apoio à gestão descentralizada ao programa Bolsa Família,*
423 *IGD, o orçamento é descentralizado pela secretária nacional de renda e cidadania, SENARC, em*
424 *favor do Fundo Nacional de Assistência Social. Dos recursos descentralizados pela referida*
425 *secretaria no valor de R\$ 496.795.752,00 foram executados R\$ 367.005.982.070,00 incluindo o*

426 *RAP. 1.3) Dos restos a pagar RAP: a tabela abaixo demonstra os saldos de restos a pagar RAP*
427 *inscritos ou cancelados, pagos, ou pagos pela UG 330013 e 550015, aí a posição de 30/09, total*
428 *inscrito é RP não processados R\$ 1.076.686.926,00 cancelados: R\$ 1.252.994,00; pagos: R\$*
429 *627.930.700,00; a pagar: R\$ 447.507.232,00; RP processados, posição 30/09, total, inscritos: R\$*
430 *139.631.266,00; cancelado: R\$ 915.000,00; pagos: R\$ 45.747.828,00; a pagar: R\$ 92.968.438,00.*
431 *Encaminhamentos: A comissão recomenda à plenária a aprovação do relatório da execução*
432 *orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, exercício de 2015, terceiro*
433 *trimestre, resolução em anexo; 2) Apresentação dos dados os benefícios do Bolsa família e/ou BPC*
434 *para estudo da comissão na reunião de outubro, convidados SENARC e SNAS; 2.1) Apresentação*
435 *dos dados do benefício do Bolsa família, convidado a SENARC. A SENARC enviou a esse conselho*
436 *um memorando número 1354, SENARC/MDS apresentando dados sobre benefícios do programa*
437 *Bolsa Família, visando subsidiar os trabalhos da comissão de financiamento e orçamento deste*
438 *CNAS, mas por decisão da comissão ficou resolvido postergar a discussão do assunto. Ainda no*
439 *tocante ao Programa Bolsa Família foi mencionado na reunião a preocupação da comissão com a*
440 *proposta do relator da lei orçamentária de 2016, deputado Ricardo Barros, PP Paraná, e não é*
441 *Roraima não, é Paraná, tem que consertar aqui, é da minha cidade, que tem por intenção propor*
442 *um corte de 10 bilhões na previsão das despesas com Bolsa Família em 2016, equivalente a 35%*
443 *do total de R\$ 28.008.000.000,00 destinados ao atendimento do programa. Encaminhamento: A*
444 *comissão recomenda à plenária: remanejamento da discussão do item 2.1 para fevereiro de 2016,*
445 *elaboração de nota pública em defesa da manutenção do orçamento do programa Bolsa Família e*
446 *sua integralidade. 2.2) Apresentação dos dados dos beneficiários do benefício de prestação*
447 *continuada, BPC, convidado SNAS. A Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral da gestão dos*
448 *benefícios, Simone Almeida, apresentou o resultado dos dados do Benefício de Prestação*
449 *Continuada de Assistência Social, BPC. Trata-se de um benefício da política de Assistência social,*
450 *individual, não vitalício, intransferível que garante a transferência mensal de um salário mínimo*
451 *ao idoso com 65 anos ou mais e a pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimento de*
452 *longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sem sensorial que comprovem não possuir*
453 *meios para prover a própria manutenção, não tê-las promovidas por sua família. BPC trabalho: o*
454 *programa que tem como objetivo favorecer o acesso ao trabalho aos beneficiários com deficiência*
455 *ao BPC na faixa etária de 16 a 45 anos, prioritariamente, propõe-se atender aqueles beneficiários*
456 *que tem interesse em trabalhar, no entanto encontro dificuldades para superar as barreiras*

457 existentes para acesso a situação do trabalho, dentre elas obterem qualificação profissional,
458 compatíveis às exigências para seu ingresso ao mercado de trabalho. BPC na escola: um programa
459 que visa a consolidação do direito à educação, a promoção da equiparação de oportunidades de
460 inclusão social, com objetivo de promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas
461 com deficiência, beneficiário do BPC, prioritariamente de 8 a 18 anos de idade, concretizando o
462 direito à educação por meio de ações articuladas entre Ministério do Desenvolvimento Social e
463 combate à fome, MDS, Ministério da Educação, MEC, ministério da saúde, MS, a secretaria
464 especial dos direitos humanos da presidência da república, DDHPR, envolvendo compromisso da
465 união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O programa BPC na escola tem quatro
466 eixos de atuação: 1) identificar anualmente entre os beneficiários do BPC até 18 anos àqueles que
467 estão na escola e os que estão fora da escola; 2) identificar as principais barreiras para o acesso e
468 a permanência na escola das pessoas com deficiência e beneficiários do BPC; 3) realizar estudos e
469 desenvolver estratégias conjuntas para a superação dessa barreira; e 4) realizar acompanhamento
470 sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao programa. Impactos do
471 BPC: O BPC tem um dos maiores, aqui eu acho que era só, eu acabei esquecendo de corrigir,
472 depois a gente pede para colocar, que nós já estamos com 82% de adesão do BPC aos municípios.
473 Impacto do BPC: O BPC tem um dos maiores multiplicador de renda familiar e do PIB dentre as
474 transferências. R\$1,00 gasto no BPC gera 1,38 de PIB e 2,20 de renda familiar ou seja seu valor é
475 multiplicado por isso ele gera valor de compra, que gera empregos, que gera mais poder de
476 compra e assim, por diante. Os gastos de 1% do PIB no BPC aumenta a renda per capita das
477 famílias rurais cujo chefe tem menos de um ano de escolaridade, analfabeto, em 9, 1%, enquanto
478 aumenta a renda das famílias urbanas com o chefe analfabeto em 8,8%. Muito importante para
479 atenuar a pobreza urbana, mas também para atenuar a pobreza o rural, uma vez que seu valor é
480 muito significativo quando adicionado a baixíssima renda per capita de tais famílias. O gasto do
481 BPC em 2014 corresponde a 0,68% do PIB. Na redução da desigualdade social e da pobreza: O
482 BPC contribui 9% para a queda da desigualdade de renda das famílias, 72% na renda transferida
483 pelo BPC vai para domicílio abaixo da linha de pobreza, 50% da renda total do BPC vai para
484 domicílios que sejam extremamente pobres, o BPC compõe em média 79% do orçamento
485 domiciliares das famílias em um dos membros recebem o benefício. Importância do BPC na vida
486 dos seus beneficiários: 73% das famílias com beneficiários do BPC têm esse benefício como a
487 única fonte de renda familiar; 79% do orçamento das famílias dos beneficiários é proveniente do

488 *BPC; as principais despesas cobertas com recursos dos benefícios são prioritariamente*
489 *alimentação, medicamentos, despesas gerais, como tratamento de saúde. Encaminhamentos: A*
490 *comissão recomenda a plenária desmembramento dos dados apresentados do percentual de*
491 *beneficiários do BPC em relação à população total, público específico, idosos e deficientes;*
492 *apresentação do impacto do BPC em relação ao fundo de participação dos municípios por estado.*
493 *Encaminhar a apresentação dos estudos BPC para conselhos da comissão, após atualização. E o*
494 *impacto que traz, tanto para o desenvolvimento desse o usuário, como direito dele, e para a*
495 *própria, e na relação de isso com o serviço. Como nós normalmente ainda mais o BPC que para o*
496 *usuário na sua grande maioria reconhece BPC como sendo da previdência, porque a previdência é*
497 *que faz o atendimento, a definição da pauta de novembro será definida no pleno, a pauta da*
498 *próxima reunião, tendo como prioridades os encaminhamentos da décima conferência nacional de*
499 *Assistência social.”. O Conselheiro Thiago questiona se foram pagos 627 dos restos a pagar do*
500 *exercício anterior de 2014, significaria que do valor de 1 bilhão e quatrocentos e cinquenta, foram*
501 *pagos 627 do exercício anterior o que significa que foram pagos somente 800 milhões, indaga se há*
502 *um atraso do pagamento de mais de 9 meses, das verbas que estavam orçadas para dezembro de*
503 *2014. O Presidente Edivaldo entende que a Resolução seja apreciada no dia seguinte após consulta*
504 *da Sra. Dulcelena para que haja mais segurança. O Conselheiro José Crus pondera que há uma*
505 *dimensão de proteção social nos benefícios da Assistência Social. Aprovado parcialmente o Relato*
506 *da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, tendo em vista que resta a*
507 *apreciação da Resolução. ENCERRAMENTO. O Presidente encerrou a reunião para o almoço,*
508 *convidando a todos para retornarem às 14:00h. ABERTURA. Reiniciando a reunião, o Presidente*
509 *solicita à Secretária-Executiva a conferência do quórum. A Secretária Executiva Maria Auxiliadora*
510 *registra os Conselheiros Titulares presentes: Telma Gomes; Marlene Azevedo; José Crus; Célia*
511 *Lima; Cláudia Faquinote; Alceu Kuhn; Clátia Vieira; Edivaldo Ramos; Patrícia Vieira; Thiago*
512 *Cabral. Conselheiros no exercício da titularidade: Fábio Bruni; Márcia Góes; Dulcinéia Francisco.*
513 *Conselheiros suplentes presentes: Isabel de Sousa Costa, Maira Leilane Almeida; Naelson da Silva*
514 *Ferreira; Carmem Fogaça; Aldenora Gonzáles; Carmem Fogaça; Jucileide Nascimento e Margareth*
515 *Dalalluvera. Ademais o Presidente Edivaldo informa a presença do Sr. Cristopher, visitante vindo*
516 *da Inglaterra que está acompanhando a reunião desde o início devido a sua pesquisa de doutorado*
517 *relacionada ao tema relacionado à democracia participativa. **Item - Relato da Comissão***
518 **Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social.** A Vice-Presidente Marlene

519 realiza a leitura do referido relato: "Acontecidas nos dias 19 e 20 de outubro. Os integrantes da
520 comissão presente: Edivaldo Ramos; Marlene Azevedo; Alceu Kuhn; Aldenora González; Célia
521 Lima; Clátia Vieira; Fábio Bruni; Jucileide Nascimento; Léa Braga. Equipe de relatoria: Carlos
522 Eduardo Ferrari. Ouvinte: Paulo Martins do CONSEAS São Paulo. Secretaria-executiva do CNAS:
523 Dorinha; Becchara; Carolina; Celda e Rosângela. Discussão sobre a composição da lista de
524 delegados nacionais, total 58 e discussão sobre a composição da lista de convidados, total 176,
525 sendo 27 vagas para os Secretários-Executivos dos CEAS e CAS/DF e 75 vagas para o governo e
526 75 para a sociedade civil. Encaminhamentos: as representações do governo e da sociedade civil no
527 CNAS farão a composição dos delegados nacionais e convidados na quinta e sexta-feira, dias 22 e
528 23 de outubro para providenciar o convite junto ao CNAS. Oh desculpe, eu é que errei aqui, para
529 providências de convite juntos ao CNAS. O CNAS enviará ofício circular aos CEAS e CAS/DF
530 comunicando a garantia de vagas para a participação dos (das) secretários (as) executivos (as) dos
531 conselhos estaduais e do DF enquanto convidados (as) e formando que o transporte do estado para
532 Brasília, ida e volta, bem como custeio das despesas com alimentação, hospedagem e traslado em
533 Brasília é de responsabilidade do respectivo governo estadual. Ressaltar que a referida vaga é
534 intransferível. 3) apreciação do informe CNAS número 08/2015, orientações gerais para
535 participação na X Conferência nacional de Assistência social. A comissão organizadora realizou a
536 leitura do informe CNAS número 8/2015 e após alguns ajustes propõe a plenária apreciação e
537 aprovação, o anexo será encaminhado ao CEAS e CAS/DF e disponibilizado no site e blog do
538 CNAS, anexo A. 4) relato da comissão, da Subcomissão de mérito CNAS, Consolida SUAS: a
539 Subcomissão de mérito do CNAS se reuniu no dia 19/10, das 10 h às 12h30 com o objetivo de
540 analisar as inscrições para a premiação que estão abertas desde 28 de setembro, com previsão de
541 encerramento no dia 28 de outubro de 2015. Até o momento da reunião da comissão foram
542 recebidas duas inscrições: uma para a categoria conselhos, pequeno porte um e uma para a
543 categoria dois, sociedade civil, entidade que atua no assessoramento e defesa de direitos. A partir
544 do encaminhamento da plenária de setembro a Secretaria-Executiva do CNAS vem fazendo
545 periodicamente a divulgação do Mérito CNAS por meio do site e blog do CNAS, edições do CNAS
546 informa, site e mídias do MDS, e-mails para os conselhos Assistência Social, para os conselheiros
547 nacionais, visando informar sobre a premiação e solicitando ampla divulgação em suas redes de
548 contato. A Subcomissão avalia que as inscrições ocorrerão com mais frequência após a realização
549 das conferências estaduais ou seja mais próximo do final do prazo estabelecido para o

550 encerramento das inscrições. Considerando a importância de realizar uma avaliação com o
551 número de inscritos que possibilite a comparação dos critérios preestabelecidos, esta Subcomissão
552 sugere a definição de no mínimo três inscritos em cada uma das subcategorias, contemplando as
553 sete premiações entre as categorias 1, conselhos; categoria 2, sociedade civil, instituídas no
554 projeto de Mérito CNAS. E não havendo número mínimo de 3 inscrições, a subcategoria será
555 cancelada, permanecendo apenas as subcategorias que obtiverem 3 ou mais inscrições.
556 Encaminhamentos: a comissão em propõe a prorrogação do prazo final para o recebimento das
557 expressões do Mérito CNAS até o dia 6 de novembro, considerando que a Subcomissão fará a
558 avaliação e seleção final no dia 9 de novembro. A comissão avalia pertinência de redobrar a
559 mobilização para divulgação do prêmio, em especial aos conselheiros nacionais junto a suas redes
560 de contatos. 5) informes da relatoria. O relator Carlos Eduardo Ferrari, representando a equipe de
561 relatoria, informou que o Sisconferência está no ar desde o dia primeiro de outubro com a
562 acessibilidade, ressaltou que o Sisconferência está forma datada em telas para relacionar as
563 prioridades de cada dimensão e às diversidades regionais, visando facilitar o trabalho de
564 sistematização das conferências estaduais e do DF pelos relatores. A assessoria técnica de
565 publicação do CNAS está fazendo o acompanhamento do preenchimento dos CEAS e CAS/DF do
566 Sisconferência, até a reunião da comissão Sergipe encerrou o preenchimento, inclusive com as
567 inscrições de delegados titulares e suplentes, enquanto que o Rio de Janeiro e o Rio Grande do
568 Norte estão em fase de preenchimento. Em seguida, o professor Ferrari apresentou documento
569 "Dinâmica dos momentos de debates e deliberações ao longo da programação", com o objetivo de
570 clarificar a dinâmica ser desenvolvida durante a décima conferência, bem como as sugestões de
571 nomes para as conversas do SUAS relacionadas as dimensões e para as plenárias regionais.
572 Encaminhamento: que a assessoria técnica de publicação do CNAS faça contato periódico com o
573 CEAS e CAS/DF com o objetivo de apoiá-los em eventuais dificuldades no preenchimento do
574 Sisconferência, visando atender o prazo estabelecido pelo CNAS. A comissão propõe é a plenária à
575 apreciação e aprovação do documento "Dinâmica dos momentos de debates e deliberações ao
576 longo da programação", que inclui sugestões de nomes. (Este documento subsidiará na montagem
577 da programação e do regimento interno da décima conferência nacional conforme anexo B. 6)
578 programação cultural da X Conferência nacional. A comissão discutiu algumas possibilidades de
579 programação cultural para a décima conferência, a viabilização da programação cultural está
580 condicionada a patrocínios e parcerias no âmbito do Distrito Federal ou via alguma proposta de

581 *conselheiros a ser apreciada pela plenária. O CNAS não poderá arcar com os custos de passagens*
582 *e de cachês, e avaliará conforme condições as possibilidades de arcar com alimentação e*
583 *hospedagem. 7) informes sobre os estandes da X Conferência. O CNAS terá 41 estandes já*
584 *distribuídos conforme encaminhamento na reunião da comissão organizadora em abril, um estande*
585 *para o CNAS, MDS, secretarias e Ouvidorias, organizações de trabalhadores do SUAS,*
586 *organização de usuários do SUAS, organização de entidades da Assistência Social, secretária*
587 *nacional de articulação social da secretaria de governo da presidência da república, um estande*
588 *dos conselhos setoriais de direito, e de direitos, conselho nacional de saúde, conselho nacional de*
589 *educação, conselho nacional de previdência social, conselho nacional dos direitos da criança e do*
590 *adolescente, conselho nacional dos direitos da pessoa com deficiência, conselho nacional dos*
591 *direitos humanos, conselho nacional dos direitos do idoso, conselho nacional de segurança*
592 *alimentar, conselho da mulher e conselho LGBT. 27 estandes compartilhados entre o CEAS e*
593 *CAS/DF e os órgãos gestores, patrocinadores 3, livrarias 2, brinquedoteca, apoio para o grupo de*
594 *mobilização e central de operações. Encaminhamentos: o redimensionamento dos estandes será*
595 *revista a partir da confirmação final de utilização dos mesmos. A comissão propõe que o prazo*
596 *para a confirmação da utilização dos estandes seja prorrogado até o dia 6 de novembro*
597 *impreterivelmente. Em relação a organização dos estandes do segmento dos usuários,*
598 *trabalhadores e entidades, a comissão propõe que os conselheiros nacionais nos respectivos*
599 *segmentos se articulem para definir a forma de utilização do estande e encaminhar ao CNAS a*
600 *ficha de inscrição do expositor responsável por cada um desses estandes. 8) informes sobre a*
601 *tramitação do termo de referência. O CNAS recebeu o termo de referência na décima conferência*
602 *nacional de Assistência social de 16 de outubro com o parecer 377 de 2015 da CONJUR, o CNAS*
603 *sinalizou a nota técnica relacionada aos pontos elencados pela CONJUR e o mesmo foi*
604 *encaminhado para a Subsecretaria de assuntos administrativos do MDS, SAA, em 19 de outubro. A*
605 *SAA se manifestar e encaminhará a Secretaria-Executiva para procedimentos de publicação do*
606 *edital. Ressaltamos que o TR segue seu trâmite normal, mas com o compromisso de todos os*
607 *setores do MDS de fazer os procedimentos necessários com a devida celeridade para que o*
608 *procedimento licitatório possam ocorrer o mais breve possível. 9) informes sobre patrocínios. Das*
609 *empresas indicadas pelo comitê de patrocínio, até o momento CNAS teve retorno da Emgea,*
610 *Empresa Gestora de Ativos; da Caixa Econômica Federal e do Banco do Nordeste do Brasil, BNB,*
611 *informando que a necessidade de finalização do processo licitatório da empresa que organizará a*

612 *décima conferência nacional para que a partir daí o CNAS possa dar prosseguimento à solicitação*
613 *de patrocínio por meio do preenchimento de formulário específico, caso o prazo permita. O Banco*
614 *da Amazônia, a Embratur, o Banco do Brasil e a Associação Brasileira de Captadores de Recursos*
615 *informaram a impossibilidade de patrocínio neste momento. 10) demandas/informações recebidas*
616 *sobre o processo de conferência. 10.1) ofício nº 49/2015 do CEAS do Maranhão, transferência da*
617 *data da décima primeira conferência estadual de assistência social do Maranhão para os dias*
618 *16,17 e 18 de novembro de 2015. Motivo: dificuldade no processo de licitação, que sofreu retarda*
619 *em decorrência da necessidade de novas cotações de preços, em função da mudança do local com*
620 *a acessibilidade, bem como o cumprimento de prazos legal, legal, para o processo licitatório, que o*
621 *processo licitatório requer. Encaminhamento: a comissão organizadora propõe tratar deste*
622 *assunto assim, como o caso de Santa Catarina, que realizará sua conferência no período de 9 a 11*
623 *de novembro, como excepcionalidades, dando como prazo final para o CEAS Santa Catarina e*
624 *para os CEAS Maranhão encaminhar os relatórios e as fichas dos delegados titulares e suplentes*
625 *respectivamente até o dia 13, se a Santa Catarina, e até o dia 20 de novembro para o CEAS do*
626 *Maranhão impreterivelmente. 10.2) informe: recebimento de meio do CEAS Paraná alterando a*
627 *data da décima primeira conferência estadual de assistência social do Paraná para o período de*
628 *19 a 21 de outubro em local ainda a ser confirmado. Essa já aconteceu com a participação do*
629 *conselheiro Leovane. 10.3) solicitação de vagas para a décima conferência nacional. Exemplo, nós*
630 *vamos ler aqui o exemplo de uma das inúmeras de solicitações que chegam ao CNAS na medida em*
631 *que finaliza o a realização das conferências estaduais e do DF. É uma correspondência, o e-mail*
632 *encaminhado pelo Jurandir Gabriel no dia 6 de outubro e ele coloca o seguinte: "Olá, boa tarde*
633 *presidente do CNAS. Sou indígena aqui do Mato Grosso do Sul, participei da conferência*
634 *municipal e lá foi eleito como delegado representante dos usuários para participar da conferência*
635 *estadual na qual foi participar nos dias primeiro e 2 de outubro de 2015 e lá me candidatei e*
636 *concorrer a uma vaga para participar da conferência nacional, que vai acontecer no mês de*
637 *dezembro de 2015. Porém, fiquei apenas como delegado suplente na vaga dos usuários e, em sendo*
638 *assim, eu queria muito participar de representar o Mato Grosso do Sul na etapa nacional, pois sou*
639 *indígena e acredito que nós indígenas deveríamos ter vaga assegurada para participar da*
640 *conferência nacional, por se tratar o estado com a segunda maior população, número de*
641 *populações indígenas do Brasil e que queremos acompanhar as políticas de assistência social para*
642 *as áreas indígenas. E por esse motivo, venho solicitar a garantia de representação indígena dessa*

643 conferência." O encaminhamento: encaminhar em meio ao Sr. Jurandir Gabriel, bem como as
644 demais solicitações de vaga informando a impossibilidade de atender o pleito, considerando que no
645 processo conferencial das vagas de delegados, delegadas já estão previamente definidas e que a
646 escolha dos mesmos para a décima conferência nacional se dar de forma democrática por
647 deliberação das assembleias, das plenárias. 10.4) o conselho municipal de Patos de Minas,
648 recebimento do ofício do CMAS de Patos de Minas, Minas Gerais, dando conhecimento ao CNAS
649 pela não participação de representantes nesse município na conferência regional em Paracatu dia
650 6 de outubro em função da não liberação pelo secretário municipal do veículo para levar dois
651 conselheiros ao evento. Encaminhamento: enviar ofício ao gestor do município de Patos de Minas
652 lamentando o ocorrido e destacando a importância da utilização dos recursos do IGDSUAS e IGD
653 PBF disponíveis para apoio às ações de controle social, entre elas a participação em conferências,
654 instâncias máximas de deliberação da política de assistência social. Outros assuntos: o conselheiro
655 Fábio Bruni apresentou uma TED, Tecnologia, Entretenimento e Designer a comissão como um
656 exemplo da dinâmica que será utilizada no segundo dia da décima conferência nacional com
657 palestras de 15 minutos de um generalista e de um especialista sobre cada uma das cinco
658 dimensões. E tem aí a fonte, o endereço do Youtube dos vídeos que foram apresentados aqui, de
659 forma bem interessante, está aí para todos, inclusive acessarem. 12) definição da pauta da reunião
660 de 10 e 9 de novembro. 12.1) fechamento do conteúdo e do roteiro da teleconferência em 23/11;
661 orientação para a participação dos delegados na décima conferência nacional de Assistência
662 social; 12.2) definição de critérios para o uso do auditório planalto no centro de convenções para
663 reuniões e mobilizações, à exceção do dia 9 de dezembro quando acontecerão os grupos e
664 plenárias regionais; informes sobre os estandes; papel e divisão de tarefas entre conselheiros do
665 CNAS durante a décima conferência nacional; e relatoria, informes Sisconferência, recebimento
666 dos relatórios, inscrição de delegados e convidados, regulamento e regimento interno; demandas,
667 informações recebidas sobre o processo de conferência; outros assuntos e definição da pauta da
668 reunião de 26 e 27 de novembro. Assina o Edivaldo Ramos e Marlene Azevedo.". O Conselheiro
669 Thiago apresenta algumas demandas da Sociedade Civil informa que foi feito um debate a respeito
670 de divisão de vagas, e foi identificado um problema com o número destinado a Sociedade Civil, aos
671 seguimentos, que resultou em número indivisível por três, são 29 vagas, e as vagas estão
672 distribuídas nos três seguimentos, sobram duas a serem discutidas entre os seguimentos, e não foi
673 possível realizar ajuste de 2 vagas para 3, portanto há um pleito da Sociedade Civil que a maneira

674 mais fácil, tendo em vista o número de desistências, seria pleitear a Comissão Organizadora uma
675 vaga a mais, sendo uma par o Governo e a outra para a Sociedade Civil. O Presidente Edivaldo
676 explica que devido à falta de tempo, não há como a Comissão Organizadora analisar o pedido em
677 reunião, assim, solicita o debate entre os membros da Comissão primeiramente, e após a apreciação
678 da Plenária. Após debate dos Conselheiros, o Pleno decidiu que a Sociedade Civil elevar mais uma
679 vaga, com maiores esforços para a escolha ser de uma entidade do Distrito Federal, devido à
680 redução dos gastos. O presidente Edivaldo indica o item 3 do relato, quanto a apreciação do
681 Informe. O Conselheiro Thiago realiza a leitura relativa ao Informe nº 8 de 2015: *“Informe CNAS*
682 *número 8/2015. Orientações gerais para participação na X Conferência Nacional de Assistência*
683 *Social. O Conselho Nacional de Assistência Social com o intuito de realizar a X Conferência*
684 *Nacional de Assistência Social garantindo a qualidade na recepção de todos os participantes*
685 *apresenta as seguintes orientações: 1) data e local, 7 a 10 de dezembro de 2015 no Centro de*
686 *Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília DF, SDC, setor de divulgação cultural, eixo*
687 *monumental; 2) delegados da X Conferência Nacional de Assistência Social, total de 1408*
688 *delegados, sendo 36 natos, delegados natos CNAS, 58 delegados nacionais e 1314 delegados de*
689 *âmbito estadual e municipal, conforme referendado no informe CNAS número quatro de 2015. O*
690 *CNAS realizará a X Conferência Nacional de Assistência Social com a capacitação dos delegados*
691 *eleitos nas conferências estaduais e do Distrito Federal, dos delegados natos e dos delegados*
692 *nacionais. Não haverá inscrição e participação de ouvinte e de observações. 3) delegações. Os*
693 *conselhos estaduais de assistência social, CEAS e o conselho de assistência social do Distrito*
694 *Federal, CAS/DF, deverão preencher as fichas de inscrição de delegados e delegadas, titulares e*
695 *respectivos e respectivas suplentes que foram escolhidos, escolhidas e aprovados ou aprovadas nas*
696 *plenárias finais das conferências estaduais e do Distrito Federal via sistema de credenciamento*
697 *online, Sisconferência até o dia 11 de novembro. No ato de preenchimento da ficha de inscrição o*
698 *responsável deverá também informar em campo próprio se o delegado ou delegada opta pela*
699 *hospedagem, alimentação e traslado em Brasília custeadas pelo CNAS, MDS ou terá diárias pagas*
700 *pelos órgãos que representam. Atenção: no ato de preenchimento da inscrição de delegado ou*
701 *delegada sistema fornecerá declaração na forma da opção acima selecionada, que deverá ser*
702 *impressa, assinada pelo respectivo delegado ou delegada, escaneado e enviada para o e-mail*
703 *cnas.xconferencia@mds.gov.br até o dia 11 de novembro. Ressaltamos que o não envio da*
704 *declaração prejudicará o credenciamento do delegado ou delegada. Caberá ao CEAS e ao CAS/DF*

705 *informar à comissão organizadora quanto à participação de delegado ou delegada, titular e*
706 *suplente, com deficiência ou mobilidade reduzida indicando qual a deficiência e ainda os que*
707 *necessitam de atendimento, serviços especiais relacionados à alimentação, transporte local,*
708 *hospedagem, acompanhamento e serviços. Até as informações deverão constar na ficha de*
709 *inscrição, preenchida via online Sisconferência pelos conselhos estaduais e do DF, pois é*
710 *fundamental para que possamos tomar as providências necessárias para garantir a participação*
711 *efetiva desses delegados e delegadas, atendendo às necessidades apresentadas: a ficha de inscrição*
712 *do acompanhante para o delegado ou delegada com deficiência deverá ser preenchida no*
713 *Sisconferência, encaminhado ao e-mail cnasxconferencia@mds.gov.br até o dia 11 de novembro.*
714 *Ressaltamos que o e-mail a ser encaminhado deverá constar no campo assunto "ficha de*
715 *acompanhamento de delegado com deficiência". Importante: será de inteira responsabilidade do*
716 *conselho estadual e do CAS/DF a avaliação de reunidade de acompanhamento para o delegado*
717 *com deficiência. É de fundamental importância que seja observado rigorosamente no*
718 *credenciamento de delegados a X Conferência nacional o número de vagas existentes para cada*
719 *estado, conforme prever o informe CNAS número 4/2015. Recomenda-se ainda que seja observado*
720 *no credenciamento de cada delegado ou delegada o respectivo ou respectiva suplente a paridade*
721 *entre governo e sociedade civil e também as distintas representações, municipal, estadual e*
722 *distrital. Atenção: a delegação deverá indicar pelo e-mail cnasxconferencia@mds.gov.br até o dia*
723 *11 de novembro o nome de dois delegados titulares, 1 - uma governamental; 1 - uma da sociedade*
724 *civil para coordenação da delegação estadual e do Distrito Federal com o objetivo de mediar*
725 *quaisquer dúvidas, esclarecimentos com a comissão a vereadora da décima conferência nacional.*
726 *Informamos que o e-mail a ser encaminhado deverá constar no campo assunto é meio*
727 *"coordenadores da delegação". 4) custeio das despesas para a participação da X Conferência*
728 *Nacional de Assistência Social. A oitava conferência nacional de Assistência social deliberou pela*
729 *responsabilização dos três entes federados no custeio da participação dos delegados no processo*
730 *conferencial. 1) transporte; 1.1) deslocamento para Brasília. É de responsabilidade dos governos*
731 *estaduais o custeio de deslocamento da ida e volta dos delegados estaduais governamentais e da*
732 *sociedade civil para a X Conferência Nacional de Assistência Social. 1.2) deslocamento interno em*
733 *Brasília, traslado. O CNAS/MDS se responsabilizará com traslado dos delegados ou delegadas,*
734 *representantes governamentais e da sociedade civil que optaram pelo custeio por parte do*
735 *CNAS/MDS no ato do credenciamento no Sisconferência para o seguinte itinerário: dia 7/12/2015 -*

736 *aeroporto, rodoviária interestadual, área central de Brasília DF, setor hoteleiro Sul e norte, local*
737 *de hospedagem e local do evento, local do evento, área central de Brasília DF. Setor hoteleiro Sul*
738 *e norte; dias 8 e 9 de dezembro de 2015: local, área central de Brasília, DF, setor hoteleiro Sul e*
739 *norte, local do evento, local do evento: área central de Brasília, DF, setor hoteleiro Sul e norte. dia*
740 *10/12/2015: local: área central de Brasília, DF, setor hoteleiro Sul e norte. Local do evento. Local*
741 *do evento: área central de Brasília, DF, setor hoteleiro Sul e norte, local do evento. Local do*
742 *evento: aeroporto, rodoviária interestadual, local área central de Brasília, DF, setor hoteleiro Sul*
743 *e norte, aeroporto e rodoviária interestadual. Dia 11/12/2015: local, área central de Brasília, DF,*
744 *setor hoteleiro Sul e norte, aeroporto, rodoviária interestadual; local, área central de Brasília DF,*
745 *setor hoteleiro Sul e norte, aeroporto, rodoviária interestadual. Aos delegados do delegadas com*
746 *deficiência ou mobilidade reduzida será garantido transporte adaptado nos casos em que se*
747 *quiserem necessário. 2) hospedagem. O CNAS/MDS arcará com a hospedagem para os delegados*
748 *ou delegadas governamentais e da sociedade civil que optaram pelo custeio por parte do*
749 *CNAS/MDS no ato da inscrição do Sisconferência. Importante: as diárias dos hotéis para os*
750 *delegados ou delegadas representantes governamentais e da sociedade civil previamente inscritos*
751 *terão início às 12h do dia 7 de dezembro e término das 12h do dia 11 de dezembro de 2015. As*
752 *diárias incluem pernoite e café da manhã. Atenção: o CNAS não se responsabiliza por pagamento*
753 *de diárias anteriores ao dia 7 de dezembro e posteriores ao dia 11 de dezembro. Caso isso*
754 *aconteça, é de total responsabilidade do hóspede o pagamento das diárias que excedem o período*
755 *do evento, 07 a 11/12. É importante destacar que as despesas extras com um telefonema, frigobar,*
756 *lavanderia, serviços de quarto, bebidas alcoólicas ou não, os serviços de lazer ou quaisquer outras*
757 *despesas dessas não serão custeadas pelo CNAS. Os delegados ou delegadas, representantes*
758 *governamentais e da sociedade civil de cada estado ficarão hospedados na medida do possível no*
759 *mesmo hotel ou em hotéis próximos, em quartos duplos divididos em quatro femininos e masculinos*
760 *e não serão disponibilizados quartos para casais. Os delegados ou delegadas que estiverem nessa*
761 *situação e desejarem o remanejamento de hospedagem terão que arcar com os custos das despesas*
762 *com hospedagem, uma vez que o CNAS não se responsabiliza por isso. Aos delegados ou*
763 *delegadas, representantes governamentais e da sociedade civil com deficiência devidamente*
764 *identificados na pista de credenciamento, via Sisconferência, e que necessitarem de acompanhante,*
765 *o CEAS deverá preencher a ficha específica no Sisconferência e caberá ao CNAS custear a*
766 *hospedagem e alimentação. 3) alimentação. O CNAS/MDS arcará com a alimentação local do*

767 *evento para delegados ou delegadas, representantes governamentais e da sociedade civil que*
768 *optarem pelo custeio por parte do CNAS/MDS no ato de inscrição do Sisconferência, bem como*
769 *dos acompanhantes, delegados ou delegadas com deficiência devidamente inscritos pelo CEAS e*
770 *CAS/DF. Serão garantidos café da manhã no hotéis nos dias 8,9,10 e 11 de dezembro de 2015, e 3*
771 *e 2 almoço e jantar no local da X Conferência nos dias 7, 8,9 e 10 de dezembro de 2015.*
772 *Importante: o período da X Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília, de 7 a 10 de*
773 *dezembro de 2015. Ressaltamos que toda logística executada na X Conferência Nacional de*
774 *Assistência Social é matéria do termo de referência, desta forma, não há como atender às*
775 *demandas que não estejam previstas e constar no documento. Os convidados ou convidadas do*
776 *CNAS poderão fazer suas refeições no local do evento, sendo esses servidos a preço comercial.*
777 *Somente terão acesso ao local da X Conferência Nacional de Assistência Social as pessoas*
778 *devidamente inscritas e credenciadas. 5) credenciamento. O credenciamento dos participantes no*
779 *centro de convenções Ulysses Guimarães será realizado no período 7 de dezembro, das 12 h às*
780 *17h, e nos dias 8 de dezembro às 14 h. Importante: a responsabilidade de uso e cuidado do crachá*
781 *é inteiramente dos participantes, no caso de perda ou extravio não haverá substituição, 6) início*
782 *dos trabalhos da X Conferência Nacional de Assistência Social. A X Conferência Nacional de*
783 *Assistência Social terá início com a mesa de discussão e aprovação do regimento interno de*
784 *7/12/2015 às 16h assim, faz-se necessário a presença dos delegados e delegadas devidamente*
785 *credenciados e de posse de crachá no dia 7 de dezembro em tempo hábil para discussão e*
786 *aprovação do regimento interno. 7) retorno das delegações estaduais. Orientamos que os estados*
787 *agendem o retorno das delegações para o dia 11 de dezembro pela manhã, visando a garantir a*
788 *presença dos delegados e delegadas na plenária até ao final dos trabalhos. A diária dos hotéis*
789 *terminará no dia 11 de dezembro às 12h. 8) orientação sobre a utilização pelos delegados dos*
790 *dispositivos eletrônicos. Será atribuído durante a X Conferência Nacional de Assistência Social*
791 *dispositivo eletrônico para utilizar pelos delegados ou delegadas. Cada delegado ou delegada*
792 *deverá deixar um documento pessoal original e ao final do dia quando da devolução do dispositivo*
793 *receberá o documento de volta. Observação: esses dispositivos são alugados e a não devolução*
794 *representa custos para o MDS, contamos com a compreensão de todos. 9) transmissão online. A X*
795 *Conferência Nacional de Assistência Social será transmitida em tempo real pelo endereço*
796 *eletrônico a ser divulgado previamente na página do CNAS www.mds.gov.br/cnas. Para isso*
797 *contamos com todos para divulgação de mais espaço de participação, que permitirá que as pessoas*

798 *de todo país acompanhem os debates e apresentações da X Conferência nacional. 10) espaço para*
799 *reuniões e mobilizações dos diversos segmentos durante a décima conferência nacional. Será*
800 *disponibilizado durante a décima conferência nacional um auditório, à exceção do dia 9 de*
801 *dezembro, com a finalidade de atender às demandas de reuniões de diversos segmentos da*
802 *Assistência Social, mediante agendamento prévio pelo e-mail cnas.xconferencia@mds.gov.br de*
803 *acordo com a disponibilidade do espaço em conformidade com os critérios definidos pelo*
804 *regimento interno. 11) orientações gerais para aos CEAS, CAS/DF e gestores estaduais da política*
805 *de Assistência social para uso compartilhada dos estandes: 1) será disponibilizado um estande da*
806 *X Conferência Nacional de Assistência Social para uso compartilhado dos conselhos estaduais e*
807 *CAS/DF, dos gestores estaduais e da política de Assistência social. 2) os estandes têm como*
808 *objetivo dar visibilidade aos serviços socioassistenciais e as ações que venham ao indenizar o*
809 *sistema único de assistência social, SUAS, bem como divulgar a cultura local, expor ou vender*
810 *publicações, alimentos, artesanatos locais. No estande da também poderá ser distribuído e/ou*
811 *exposto trabalhos, banners, cartilhas, folhetos, documentos e outros materiais. 3) a organização do*
812 *evento vai garantir um espaço de 9 m quadrados para cada estado, com identificação padrão.*
813 *Cada estande será instalado em local com ponto de rede para acesso à Internet e tomadas, serão*
814 *disponibilizadas a uma mesa e quatro cadeiras, e ainda um computador com acesso à Internet.*
815 *Para os materiais disponibilizaremos num depósito coletivo. Observação: a organização não*
816 *disponibilizará o aparelho de som e de TV para os estandes. 4) a escolha dos expositores ficará a*
817 *critério do CEAS, CAS/DF e órgão gestores estaduais e do DF e deverá ser uma pessoa com*
818 *condições de passar entonações sobre o tema focado pelo estado. 5) importante destacar que as*
819 *pessoas que ficarão nos estandes não participarão dos painéis e grupos de debate a serem*
820 *realizados na X Conferência Nacional de Assistência Social. 6) os conselhos, CEAS e CAS/DF*
821 *indicarão um expositor e um órgão gestor estadual indicará um expositor. Os custos com passagem*
822 *de ida e volta, bem como os custos de hospedagem quando for o caso, e de alimentação dos*
823 *expositores dos estandes serão de responsabilidade de cada estado. 7) os dois expositores deverão*
824 *ser cadastradas na categoria estandes até o dia 6 de novembro de 2015 por meio do envio de*
825 *inscrição os expositores dos estandes. Anexo 1: para a comissão organizadora da X Conferência*
826 *Nacional de Assistência Social pelo endereço eletrônico cnas.xconferencia@mds.gov.br. Visando*
827 *facilitar os trabalhos de operacionalização do evento, favor colocar no assunto do e-mail a*
828 *seguinte identificação "Cadastro/inscrição de no estande-UF". 8) na ficha de inscrição os*

829 *conselho, o conselho CEAS e CAS/DF e órgão gestor de âmbito estadual deverão informar os*
830 *produtos e materiais que serão expostos nos estandes. 9- A organização do evento não se*
831 *responsabilizará por nenhum material e/ou produto exposto nos estandes. 10- critérios para venda*
832 *de produtos nos estandes. Será aceita a venda apenas de materiais que se referem a produção de*
833 *grupos de geração de renda de um usuários de assistência social. b) poderão ser colocados à*
834 *venda alimentos não perecíveis e que não exijam refrigeração devidamente embalados, etiquetados*
835 *com data de habitação e validade. c) deverá ser considerado o tempo de durabilidade dos*
836 *produtos, uma vez que a realização do evento será de 4 dias. d) a gestão do estoque desses*
837 *produtos será de responsabilidade de cada conselho, CEAS e CAS/DF, e do órgão gestor do âmbito*
838 *estadual. 11) ressaltamos que os estandes têm se tornado um espaço político importante para*
839 *articulações e mobilizações dos participantes da X Conferência nacional. Diante disso, sugerimos*
840 *que os CEAS e os CAS/DF pautem a participação dos conselhos juntamente com o órgão gestor,*
841 *tendo em vista utilizar esse espaço para dar visibilidade aos trabalhos realizados nos estados e no*
842 *Distrito Federal. 12) dúvidas em informações devem ser solicitadas pelo endereço eletrônico da X*
843 *Conferência nacional de Assistência social (cnas.xconferencia@mds.gov.br). 13) orientações*
844 *gerais para o uso dos estandes e espaços alternativos para reuniões de mobilização na X*
845 *Conferência Nacional de Assistência Social. A comissão organizadora da X Conferência Nacional*
846 *de Assistência Social, entendendo que os estandes têm se tornado um espaço político importante*
847 *para as articulações e mobilizações dos participantes das conferências, informa que*
848 *disponibilizado a 41 estandes, cada estado terá direito a um estande de uso compartilhado entre o*
849 *CEAS, CAS/DF, com respectivo órgão gestor. Será ainda disponibilizado um estande para uso do*
850 *CNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, MDS, dos patrocinadores da X*
851 *Conferência, organização de trabalhadores do SUAS, organização de usuários do SUAS,*
852 *organização de entidades de assistência social, secretaria nacional de articulação social da*
853 *secretaria geral da presidência da república, brinquedoteca, apoio para o grupo de mobilização,*
854 *central de operações, conselhos setoriais e de defesa de direitos e espaço de livreria. A utilização*
855 *da brinquedoteca será de uso dos filhos dos participantes da X Conferência Nacional de*
856 *Assistência Social presentes no evento. Esse espaço contará com a presença de educadores sociais,*
857 *que coordenarão a atividades lúdicas e recreativas junto às crianças e adolescentes presentes. A*
858 *participação terá suas regras divulgadas no local onde será realizado gasto das crianças*
859 *juntamente com o dos pais e/ou responsáveis. Para distribuição de materiais como livros, cartilhas*

860 e outras publicações, solicita-se que os responsáveis pelos estandes se organizem para que essa
861 seja realizada nos horários de 8h às 9h, 13 h às 14 h e de 19h às 21h, tendo em vista não interferir
862 nos trabalhos da X Conferência Nacional de Assistência Social. Estande a ser utilizado
863 coletivamente pelos conselhos de políticas setoriais, de defesa de direitos terá como objetivo dar
864 visibilidade às ações realizadas pelos mesmos, e principalmente as ações que tem interface com a
865 política pública de assistência social e que venham a contribuir para concretizar o Sistema Único
866 de Assistência Social, SUAS. Poderão ser distribuídos e/ou expostos nesses instantes de trabalho
867 banners, cartilhas, folhetos, documentos e outros materiais. Para a distribuição de materiais, como
868 livros, cartilhas e outras publicações solicita-se que os responsáveis por estandes se organizem
869 para que essa seja realizada nos horários de 8h às 9h, 13 h às 14h, e 19h às 21h, tendo em vista não
870 interferir nos trabalhos da X Conferência nacional. Não será permitida a venda de produtos
871 comerciais nos estandes. Dúvidas e informações devem ser solicitadas pelo endereço eletrônico da
872 X Conferência nacional de Assistência social cnas.xconferencia@mds.gov.br, Conselho Nacional
873 de Assistência Social. De inscrição. Então estandes X Conferência Nacional de Assistência Social,
874 a ficha de inscrição para o uso de estandes. Aí tem uma ficha onde tem o nome da instituição,
875 conselho, qualificação, responsável pelos estandes, nome, telefone e meio; 3) expositores,
876 quantidades (um, dois exposição), nome, CPF, RG, telefone, e-mails; Expositor 2 - Nome e tal,
877 órgão, qualificação. 4) relação de materiais e produtos a serem expostos nos estandes, data de
878 solicitação, tem um campo de data e um campo de assinatura do responsável. Enviar a lista de
879 inscrição para o CNAS até o dia 6 de novembro de 2015 e, impreterivelmente para e-mail
880 cnas.xconferencia@mds.gov.br.” O Presidente Edivaldo coloca o Informe em discussão, com
881 análises dos itens. A Conselheira Márcia Góes questiona se o não preenchimento correto inviabiliza
882 a participação do Delegado. O Presidente Edivaldo esclarece que não inviabilizará, apenas
883 dificultará sua participação. A Conselheira Márcia Góes ressalta sobre importância de tornar o
884 estande do CNAS mais convidativo. O Presidente Edivaldo solicita que os Conselheiros enviem
885 sugestões sobre a questão, posteriormente esclarece a Conselheira Célia que o FONSEAS e
886 CONGEMAS devem informar ao CNAS sobre espaços ociosos na Conferência devido a eventuais
887 ausências de Estados e Municípios. O Conselheiro Naelson pondera sobre a possibilidade de
888 utilização de materiais fornecidos gratuitamente. Após algumas contribuições e questionamentos foi
889 Aprovado o Informe nº 8 pelo Pleno. Relato da Comissão do Mérito. O Conselheiro José Crus
890 sugere que a divulgação sobre a participação no mérito seja realizada perante a Secretaria Executiva

891 dos Conselhos Estaduais. O Professor Célio processe a leitura do Anexo B: “Anexo B.: Dinâmica
892 dos momentos de debates e deliberações ao longo da programação. 1) conceito e funcionamento
893 das conversas do SUAS. No documento está escrito tribunas do SUAS, mas por decisão da
894 comissão foi alterado. Encaminhamento, já é a primeira questão: a comissão discutiu opções da
895 melhor nomenclatura para esse momento, sugerindo para debates à apreciação da plenária, o
896 nome de Conversas do SUAS, então é só essa correção, na hora de emitir o informe ele já vai sair
897 com o nome de Conversas do SUAS, inclusive para ilustração nós estamos considerando a
898 comissão organizadora sugeriu que sejam feitas materiais de divulgação brincando com as várias
899 formas de dizer conversa em cada região do país, os sotaques, os nomes, os bate-papos enfim, cada
900 região do país tem uma maneira de se referir a uma conversa. Então usaríamos, exploraríamos
901 essa questão para deixar bem marcado de que é um momento de que todos possam se expressar e
902 nesse diálogo produzir aprimoramentos para o SUAS. Conversas do SUAS: contarão sempre com
903 um mediador e dois convidados. Os palestrantes convidados terão por missão dialogar com uma
904 das cinco dimensões trabalhadas ao longo de todo o processo conferencial, o primeiro, primeira
905 palestrante a falar tratará, trará sempre uma abordagem mais ampla, portanto, é importante que
906 seja um especialista no tema da dimensão trabalhando conceitos e reflexões para além dos
907 aspectos específicos do SUAS. Segundo convidado também dialogará com o tema da dimensão,
908 porém deverá ser um especialista da política de Assistência social para fazer uma análise a partir
909 dos desafios, conquistas e possibilidades do SUAS para respectiva dimensão. Ambos terão 15
910 minutos de apresentação do tema, findas as primeiras exposições haverá um intervalo de cinco
911 minutos antes da abertura para manifestações da plenária. Neste intervalo os delegados e
912 convidados poderão se organizar, trocar ideias e identificar nomes que possam vocalização suas
913 impressões relacionadas à dimensão que foi trabalhada e às provocações trazidas pelos
914 palestrantes. Poderão se inscrever doze participantes que deverão ter claro o objetivo de
915 aprofundamento, crítica, posicionamento, referente às dimensões em debate para suas
916 manifestações serão concedidos três minutos. A definição dos doze membros será feita com a
917 utilização de dispositivos eletrônicos, que registram a ordem de inscrição. Já foi consultado
918 tecnicamente a viabilidade disso, cada um dos presentes terá um pequeno dispositivo eletrônico
919 como se fosse um chaveiro e quando autorizado pela mesa coordenadora dos trabalhos clicará no
920 botão, as doze primeiras pessoas presentes que clicarem no botão os seus nomes aparecerão no
921 painel, na tela, enfim, e todos saberão que quem são as doze pessoas inscritas para usar a fala.

922 *Então essa tecnologia e, inclusive foi uma das questões bastante abordadas, porque se fosse*
923 *simplesmente os microfones nos lugares estratégicos as pessoas com deficiência teria dificuldade*
924 *de chegar até aquele lugar de disputarem entre aspas no espaço do microfone assim, tendo esse*
925 *dispositivo eletrônico em qualquer lugar que eles estejam as doze pessoas primeira serão escritas*
926 *para usar a fala. Os palestrantes receberão previamente orientações claras quanto à dinâmica*
927 *proposta para esse momento, no documento deverá constar dentre tantas questões, a necessidade*
928 *de respeito ao tempo determinado, a importância de uma fala com linguagem acessível, que possa*
929 *conversar, tanto com os militantes mais experientes, como com tantos outros que estarão chegando*
930 *agora no SUAS. Importante frisar que por definição da comissão organizadora, será feito um*
931 *informe detalhado e será enviado em meados de novembro para que nas reuniões preparatórias*
932 *que cada delegação deve fazer no seu estado já tenham essa orientação de como acontecerá, como*
933 *acontecerão as conversas do SUAS. Então nós entendemos que não era o momento de entrar em*
934 *detalhes tão minuciosos, até para evitar que na conferência estadual isso seja tema, não é o caso,*
935 *mas que passada a conferência estadual eles recebam esse detalhamento e na reunião de*
936 *preparação dos delegados possam ter isso em mãos. 2) plenárias regionais. As plenárias regionais*
937 *serão organizadas em dois momentos, assim, dispostos: 1) palestra sobre o tema da especificidade,*
938 *das especificidades regionais, este momento permitirá a subsidiar a reflexão e o debate sobre cada*
939 *região, além de contribuir com os participantes para a escolha das prioridades para o SUAS. O*
940 *facilitador na reflexão serão especialistas conhecedores da região, que aprofundará a diversidade*
941 *territorial e regional e correlacionará aos desafios do SUAS. A partir das diversidades e*
942 *especificidades, sistematizada se pelo estado. A mesa também será composta por um coordenador*
943 *para organizar o debate e a escolha das prioridades. Então o material que veio dos estados,*
944 *conforme já apresentado no mês de setembro, sofrerá um tipo de sistematização considerando*
945 *peculiaridades, especificidades de cada região. Este material sistematizado será enviado a esse*
946 *especialista convidado da região para que com base nessa análise crítica do que o estado, do que a*
947 *região tem discutido possa criar o seu debate, isto é, não criamos apenas uma discussão teórica*
948 *sobre a região, mas além de congrega elementos teóricos que orientem a reflexão e as*
949 *características regionais, também dialogue com que o estado está tratando, o estado na região está*
950 *tratando como questão prioritária. Portanto, é uma apresentação analítica já ancorada nas*
951 *prioridades de 2015. 2) o segundo momento das plenárias regionais. O processo de deliberação*
952 *partirá das prioridades aprovadas pelas instâncias municipais e estaduais, das propostas*

953 *apresentadas os participantes da plenária regional deverão apontar cinco prioridades da sua*
954 *região. A escolha das cinco prioridades poderá ser realizada na seguinte perspectiva: a) escolha*
955 *das prioridades advindas da sistematização apresentada; b) revisão e/ou junção das prioridades*
956 *sistematizada; e c) propositura de até uma prioridade nova, isto é, das 5 que eles remeterão a*
957 *plenária, uma poderá ser nova, a outra poderá ser simplesmente resgatada do que veio da região,*
958 *ou a partir da revisão e junção daquele material sistematizado. 3) trabalhos de grupos. Prioridades*
959 *por dimensão. Neste momento haverá quinze grupos trabalhando simultaneamente, cada dimensão*
960 *será tratada por três grupos, que desenvolverão todas as discussões a partir do caderno de*
961 *prioridades sistematizadas advindas dos estados. Cada grupo poderá apontar até cinco*
962 *prioridades, devendo observar: a) a escolha das prioridades advindas da sistematização*
963 *apresentada; b) revisão e/ou junção das prioridades sistematizadas; c) propositura de até uma*
964 *prioridade nova. 4) processos de deliberação das prioridades na plenária final. Considerando que*
965 *o teto máximo será de 75 prioridades advindas das dimensões a serem deliberadas na plenária*
966 *final, os delegados elegerão 30 definidas com base nos votos obtidos na votação final. Serão lidas*
967 *todas as propostas e registrados os destaques, cuja motivação deverá ser a retirada ou alteração*
968 *da proposta, onde se inclui a possibilidade de junção de prioridades. Para o caso de alteração,*
969 *solicita-se que os textos alternativos já estejam elaboradas para apreciação da mesa. As trinta*
970 *prioridades mais votadas serão consideradas como deliberações da X Conferência Nacional de*
971 *Assistência Social para balizar a elaboração posterior do plano decenal. Caso haja empate na 30ª*
972 *deliberação, será realizada nova votação para definir entre essas, esclarecendo para apurar o*
973 *número de votos será utilizado mais uma vez o dispositivo eletrônico, então após a leitura e o*
974 *debate de cada prioridade as pessoas que tenham interesse em apoiá-la clicarão no seu dispositivo*
975 *eletrônico. Com base na contagem do número de votos emitidos, o sistema automaticamente faz a*
976 *hierarquia. Somente se o empate for de décima prioridade é que haverá segundo turno, do*
977 *contrário, elas próprias já se organizarão em ordem de prioridade. Regionalização,*
978 *especificidades. O processo de votação das prioridades regionais das especificidades na plenária*
979 *final será realizado considerando a possibilidade de manter ou retirar, sem limite do número de*
980 *prioridades regionais, considerando que as plenárias regionais apresentarão até cinco*
981 *prioridades, cada uma. No caso da regional nordeste composta por dois grupos em função do*
982 *número de delegados da região nordeste, deverá haver uma reunião com o representante da*
983 *plenária regional nordeste um e a plenária regional nordeste 2, após a finalização das plenárias*

984 *para consolidar as cinco prioridades dessa região. Isto é, aqui está no singular, uma reunião com*
985 *os representantes, cada uma das plenárias nordeste um e nordeste dois designará uma pequena*
986 *comissão para com a outra regional, com a outra plenária da sua respectiva região possa*
987 *consolidar as propostas a serem encaminhadas a plenária final.”. O Debate é iniciado pelos*
988 *Conselheiros quanto ao nome “Tribuna do SUAS” e “Conversas do SUAS”. **O Presidente***
989 ***Edivaldo suspende o debate para explicação da Diretora Dulcelena com relação a Resolução***
990 ***apresentada no Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. O***
991 *Conselheiro Thiago repete a pergunta realizada com relação aos restos a pagar. A Diretora*
992 *Dulcelena discorre que quando aos restos a pagar, ainda há resquícios de 2013, o qual poderia ter*
993 *sido cancelado no dia 15 de outubro, todavia, por motivo de prudência, o cancelamento não foi*
994 *realizado, esclarece que o cálculos que o Conselheiro Thiago realizou estão corretas, e até a*
995 *presente data soma-se ao valor mais 200 milhões, pois trata-se de um corte até 30 de setembro, em*
996 *outubro foi finalizado na presente data com o pagamento de mais 344 milhões, com o IGD do*
997 *Bolsa, aos 944 milhões, na presente data teria somado mais 345 milhões, registra que a lógica*
998 *utilizada não é a cronológica da competência, porém para não inviabilizar o sistema, os saldos nas*
999 *contas estão sendo observados, conforme disposto na Portaria 88 (altera a Portaria 36 e determina*
1000 *que os entes com menores saldos terão prioridade no repasse). Esclarece ao Conselheiro Thiago que*
1001 *ainda restam as ações 2B30 e 2B31, as quais a execução ainda não foi iniciada, informa que*
1002 *raramente a execução é feita dentro do exercício, são relacionadas a obras, aquisição, os empenhos*
1003 *ainda estão sendo iniciados, dentro do valor total, incluem-se as ações, dentro da diferença de 1*
1004 *bilhão. Explica que nem tudo que está inscrito nos restos a pagar terá despesa, exemplifica que pode*
1005 *haver restos a pagar no valor de 600 milhões, e pode ter despesa de 200 milhões, por ter sobrado do*
1006 *orçamento no ano anterior, o valor que se tem em restos a pagar não significam dívidas. O*
1007 *Conselheiro Thiago solicita a disponibilização da meta física dos restos a pagar, ano e apuração, e*
1008 *as listas dos Municípios com dificuldade. Após questionamentos dos Conselheiros a Diretora*
1009 *Dulcelena registra que o modelo da Nota foi deliberada no Conselho Nacional, considere*
1010 *importante que se dê continuidade ao manual orientador, construído pelo CNAS em parceria com o*
1011 *Fundo, devido a importância para os Conselhos Municipais, tendo em vista que apresenta uma parte*
1012 *teórica, e apresenta modelo de preenchimento do demonstrativo da execução orçamentária e*
1013 *financeira, que o gestor deve apresentar para o Conselho, solicita que o assunto seja pautado,*
1014 *visando aprimorar o modelo. Concorda que o caderno da SAGI oferece qualidade, e com a*

1015 capacitação dos contadores com relação ao fundo a fundo. Após os esclarecimentos da Diretora
1016 Dulcelena, a Conselheira Telma prossegue com a leitura da Resolução: “22 de outubro de 2015. A
1017 plenária do conselho nacional de Assistência social, CNAS, em reunião realizada nos dias 21,22 e
1018 23 de outubro de 2015 no uso da competência que lhe confere dos incisos 8º a 14º do artigo 18 da
1019 lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, a lei orgânica da assistência social, LOAS resolve: artigo
1020 primeiro: aprovar o relatório de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de
1021 Assistência Social, FNAS, exercício 2015, terceiro trimestre, apresentado pela diretoria executiva
1022 do Fundo Nacional de Assistência Social, DEFNAS, da secretaria nacional de Assistência social,
1023 SNAS no ministério desenvolvimento social e combate à fome, MDS, conforme planilha anexa.
1024 Artigo segundo: essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Edivaldo da Silva
1025 Ramos, presidente do conselho nacional de Assistência social.”. O Presidente Edivaldo submete a
1026 apreciação da Resolução por voto qualificado, o pleno aprova por unanimidade. **Item –**
1027 **Continuação Relato da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional da Assistência**
1028 **Social.** Realizado debate sobre os termos “Tribunas do SUAS” e “Conversas do SUAS”, o Pleno
1029 concluiu por utilizar o termo “Roda de Conversa do SUAS”. O Professor Célio informa que os
1030 Convidados serão orientados pela equipe de Relatoria, quanto a ferramenta tecnológica, concorda
1031 que é preciso ter cuidado para que não se transforme em mera competição de quem são as 12
1032 primeiras pessoas, não pode se tornar um jogo, sugere aos Conselheiros Nacionais que se articulem,
1033 durante os 5 minutos, com seus respectivos seguimentos. O Presidente Edivaldo registra que não
1034 haverá a figura do mediador e sim um facilitador. Plenárias Regionais. O Conselheiro José Crus
1035 entende que as plenárias regionais possuem suma importância na Conferência. O Presidente
1036 concorda que deverá haver enfoque nesta atividade. Trabalhos de grupos: não houve nenhum
1037 destaque. O processo de delegação das prioridades da Plenária final: O Conselheiro José Crus
1038 questiona a quantidade de deliberações que chegarão a Plenária final e qual a metodologia. O
1039 Professor Célio esclarece que na etapa da discussão das prioridades regionais, das cinco regiões
1040 serão cinco propostas de cada região, portanto podem alcançar até 25 à Plenária Final, a aprovação
1041 por parte da Plenária será de aprovação ou rejeição, todavia, das Plenárias por dimensão serão 15
1042 grupos e cada grupo aprovará até cinco propostas, portanto o limite seria de 75 propostas na
1043 Plenária Final, entretanto as 75 propostas sofrerão análise, com expectativa de que se alcance o
1044 número de 50 por dimensão, os quais representarão números reduzidos com vistas às conferências
1045 anteriores. Informa que a metodologia será a hipótese de se trabalhar com o máximo de 100

1046 propostas, a Relatoria entende como pertinente, a votação de exclusão, retirada e alteração, não de
1047 apresentação de propostas novas, a alteração pode ser no sentido de aglutinar duas propostas.
1048 Acrescenta sobre a possibilidade de alteração das prioridades serão exclusivas nas questões relativas
1049 as dimensões, pois os participantes participarão apenas de uma dimensão cada um, pode ser que
1050 apresente ideias interessantes em relação as outras as quais não participou, o que não significa
1051 inovação e sim apenas alteração. O Presidente Edivaldo ressalta sobre a necessidade de clareza
1052 sobre a abertura de propostas novas na Plenária Final, e acata a sugestão do Conselheiro José Crus,
1053 no sentido de amadurecimento da ideia, para que seja discutida no mês de novembro. Propostas de
1054 nomes: O Professor Célio informa que os nomes sugeridos se encontram em ordem de prioridade
1055 para serem consultados, e procede a seguinte leitura: “*os primeiros a serem cogitados, a serem*
1056 *contactados seguiriam nessa ordem. Em relação a dimensão um, dignidade humana e justiça*
1057 *social, como generalistas, ou seja pessoas que trabalham esse tema e para além das fronteiras do*
1058 *SUAS: filósofo Mario Sergio Cortella; Clóvis de Barros Filho; Paulo Vanucchi; e Eliane Brohm.*
1059 *em relação ao tema dignidade humana e justiça social, generalistas nesta ordem: Mario Sergio*
1060 *Cortella; Clóvis de Barros Filho; Paulo Vanucchi; e Eliane Brohm. Ainda na mesma dimensão*
1061 *dignidade humana e justiça social, especialistas: Joaquina Barata e Potyara Pereira. Em relação a*
1062 *dimensão número 2, a Assistência Social é direito, generalistas: Dalmo Dallari; Gerivaldo Neiva.*
1063 *Especialista: Luziele Tapajós; Berenice Rojas Couto. Dimensão número 3, primazia da*
1064 *responsabilidade do estado, generalista: Luiz Dulci; e Marcelo Freixo. Especialistas: Renato*
1065 *Francisco de Paula; Ivanete Boschetti. Dimensão número 4, qualificação do trabalho no SUAS,*
1066 *generalista: Ricardo Antunes; e Márcio Poschmann. Especialistas: Jucimere Izolda e Carmelita*
1067 *Yazbek. Dimensão nº 5 - Participação Social, Generalistas: Leonardo Avritzer e Eleonora Cunha.*
1068 *Especialistas: Ângela Neves e Raquel Raichelles. Na dimensão número 4, especialistas está*
1069 *invertido: Carmelita Yazbek antes de Jucimeri Izolda”. O Conselheiro José Crus propõe que a*
1070 *ordem seja invertida entre os nomes do Sr. Márcio e o Sr. Ricardo e sugere o nome da Sra. Ana*
1071 *Paula Mota como generalista do tema “Assistência Social é Direito”. A Conselheira Telma propõe a*
1072 *inversão dos nomes do Sr. Gerivaldo com o Sr. Dalmo Dallari. O Conselheiro Fábio sugere o nome*
1073 *da Sra. Maria Paula Dallari como generalista relativo ao tema “Assistência Social é Direito”.*
1074 *Ademais, as propostas foram acatadas pelo Pleno. Plenárias Regionais: O Professor Célio pondera*
1075 *que os convidados devem conhecer profundamente a região, e a realidade do SUAS na respectiva*
1076 *região. Informa que os convidados são: Região Norte o Sr. Edival Bernardino Campos; Região*

1077 Sudeste a Sra. Dirce Korga; Região Sul a Sra. Beatriz Paiva ou a Sra. Lúcia Cortes; Região Centro-
1078 Oeste a Sra. Valdete de Barros ou a Sra. Potiara Pereira; Região Nordeste 1 a Sra. Zelma Madeira;
1079 Região Nordeste 2 a Sra. Lilian Penha Viana Silva. A Conselheira Telma sugere a inversão dos
1080 nomes relativos à Região Sul. A Vice-Presidente Marlene sugere que o nome da Sra. Potiara seja
1081 considerado primeiramente. Programação cultural: A Vice-Presidente Marlene informa que a
1082 gestora do Piauí ofereceu uma banda de adolescentes, sem despesas para o CNAS. A Conselheira
1083 Cláudia reforça a qualidade da referida banda. Informes sobre os estandes da X Conferência: não
1084 houve nenhum destaque. Termo de Referência: O Presidente Edivaldo informa que na presente data
1085 pela manhã, o Secretário Marcelo Cardona recebeu o TR no dia anterior, o analisou e liberou para
1086 publicação no Diário Oficial do dia seguinte, com a previsão do pregão para o dia 06 de novembro.
1087 Informes sobre patrocínios: não houve destaque. O Conselheiro José Crus destaca sobre o
1088 encaminhamento a Município de Patos de Minas, o qual não concorda que o CNAS envie
1089 correspondência “lamentando o ocorrido”, tendo em vista que o gestor possui uma responsabilidade
1090 pública de garantir a participação, o CNAS precisa analisar se o Município possui saldo em conta,
1091 deve demonstrar a legalidade da participação, o CNAS deve resguardar o direito socioassistencial.
1092 Aprovado o Relato da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social
1093 após submetido ao Pleno. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar o Presidente Edivaldo
1094 encerra a reunião, convidando a todos para retornarem no dia seguinte às 9:00. **ABERTURA.** O
1095 Presidente inicia a reunião, cumprimentando os presentes e solicita a conferência do quórum. Em
1096 seguida, a Secretária Executiva Maria Auxiliadora saúda a todos e realiza a conferência do quórum:
1097 Conselheiros titulares presentes: Marlene Azevedo, Elise Andreola, Laís Mendonça, Célia Melo
1098 Lima, Cláudia Faquinote, Alceu Kuhn, Anderson Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Vieira,
1099 Edivaldo da Silva Ramos, Patrícia Vieira. Conselheiros no exercício da titularidade: Márcia Góes,
1100 Fábio Bruni, Dulcinéia Reginato Francisco. Conselheiros suplentes: Naelson Ferreira, Aldenora
1101 Gonzalez, Carmen Fogaça, Margareth Dalalluvera, Jucileide Nascimento, Leovane Gregório. **Item –**
1102 **Relato da Comissão de Normas da Assistência Social.** A Conselheira Cláudia realiza a leitura da
1103 memória da Comissão de Normas: “*Aconteceu a Reunião Ordinária de nº 10, acontecida no dia*
1104 *21 das 09h às 16h, aqui nas dependências do CNAS. Os Conselheiros e Conselheiras presentes,*
1105 *Cláudia Faquinote, Coordenadora, Alceu Kuhn, Léa Lúcio Braga, Márcia Góes, Maria José de*
1106 *Freitas, Thiago Cabral. Convidados, Bárbara Campos da SNAS/DRSP, Douglas Carneiro*
1107 *DRSP/SNAS, Guilherme Ferreira DRSP/SNAS, Guilherme Ferreira DRSP/SNAS, Maria Helena de*

1108 Souza DRSP/SNAS. Ouvinte, Carlos Nambu COMAS/SP. Secretaria-Executiva do CNAS Rosângela
1109 Almeida e Ezidênio Pereira. O item 1 da pauta foi, apresentação das informações trimestrais do
1110 processo de certificação de entidades de Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da
1111 Resolução CNAS nº 18/2011 pelo Departamento da Rede Socioassistencial privada do suas
1112 DRSP/MDS. O Coordenador Adjunto da Comissão de Normas da Assistência Social, Sr. Alceu
1113 Kuhn iniciou os trabalhos da Comissão fazendo a leitura da pauta de reunião, em seguida
1114 convidou a Sra. Bárbara Campos, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial privada do
1115 SUAS/DRSP/MDS, para apresentar a Comissão de Normas de Assistência Social as informações
1116 sobre o processo de certificação de entidades beneficentes de Assistência Social no âmbito do
1117 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS, referentes ao terceiro trimestre de
1118 2015 conforme previsto no Artigo 1º da Resolução CNAS nº 18/2011. Constam desse relatório
1119 tabelas e gráficos que evidenciam de forma estatística a situação dos processos de certificação até
1120 30 de setembro de 2015. A situação individualizada de cada processo consta do arquivo digital que
1121 acompanha um relatório. Os processos estão distribuídos entre decididos e não decididos,
1122 reconhecendo-se como critério de classificação para a decisão três possibilidades, a publicação de
1123 Portaria no Diário Oficial da União, encaminhamento de processos para outros Ministérios para
1124 julgamento de mérito e o arquivamento por perda de objeto ou a pedido das entidades. Informou
1125 que o histórico acumulado de requerimentos de certificação ao MDS totaliza 13.410 processos de
1126 8.583 em entidades, distribuídas por todos os 26 Estados e Distrito Federal, atuando em mais de
1127 2.158 Municípios. Ressaltou que é a distribuição dos processos para a primeira análise sangue
1128 exclusivamente, o critério de ordem cronológica, salvo os casos de determinações judiciais. No
1129 entanto, pelas circunstâncias de cada processo, manifestação de outros Ministérios, necessidade de
1130 diligências, ocorre a decisão em tempos distintos para protocolos de um mesmo período de
1131 entrada. Com a redução do número absoluto de processos sem decisão, adotou-se o procedimento
1132 de reavaliação dos processos protocolados, anteriormente a 2014 que ainda aguardam decisão.
1133 Antecipa-se no próximo trimestre estes processos retornaram à análise em ordem cronológica para
1134 identificar as razões da indefinição de mérito e acompanhamento das decisões. O objetivo dessa
1135 iniciativa é corrigir a defasagem temporal e assegurar o fim do passivo. No terceiro trimestre de
1136 2015 foi decidido o total de 1.819 processos, publicações representam a maior parte das decisões
1137 do período com 78,6%. O reduzido número de publicações no mês de agosto, explica-se pelas
1138 restrições de agenda na CNAS no período, por isso as publicações de setembro refletiram o

1139 *desempenho do trabalho de análise realizado em agosto e setembro. Dos 1.427 processos*
1140 *publicados no trimestre, 62,5% foram diligenciados por e-mail e ou correio buscando a*
1141 *complementação de documentos obrigatórios faltantes, ou o esclarecimento daqueles já*
1142 *apresentados. Em relação aos pedidos de manifestação de outros Ministérios, no terceiro trimestre*
1143 *de 2015 foram enviados 45 processos ao Ministério da Educação, MEC e oito ao Ministério da*
1144 *Saúde, o que corresponde a 96,4% do total de pedidos de manifestação recebidos no período. Além*
1145 *disso, foram identificados nesse período 82 processos de entidades preponderantes de Assistência*
1146 *Social, que atuam também, na Saúde ou Educação. Com isso foram enviados 68 pedidos de*
1147 *manifestação ao MEC, nove ao Ministério da Saúde, e em cinco casos foram solicitadas*
1148 *manifestações de ambos, uma vez que a entidade atua nas três áreas. No dia 30 de 9 de 2015 os*
1149 *processos que ainda não haviam sido decididos pelo MDS, somavam 2290. Do total de*
1150 *requerimentos e certificação sem decisão, até o final de mês de setembro de 2015, 1.973 já tiveram*
1151 *análise técnica iniciada o que é que vale a 86,2%. De forma geral estima-se que o passivo de*
1152 *processos pendentes de decisão seja extinto em dezembro de 2015, passando-se a cumprir o prazo*
1153 *previsto na Lei 12.101 de 2009, de seis meses para análise dos requerimentos, contados da data de*
1154 *seus protocolos. Também no terceiro trimestre de 2015 foram recebidos 609 Requerimento de*
1155 *Certificação, sendo 139 pedidos de concessão e 470 renovações. Desses processos foram autuados*
1156 *275 processos no total, os 334 documentos restantes ainda aguardando triagem pela equipe do*
1157 *serviço de protocolo do DRSP. Além desses requerimentos, foram recebidos seis processos do*
1158 *Ministério da Saúde e um processo do Ministério da Educação para manifestação. Também foram*
1159 *recebidos dois processos para julgamento pelo MDS. Destacou ainda que com o avanço da análise*
1160 *técnica, verificou-se a oportunidade de melhorias no fluxo de serviços de protocolo do RSP,*
1161 *responsável pelo recebimento e autuação dos requerimentos de certificação. Foi criado, por*
1162 *exemplo, um banco de dados que facilita o controle de documentos recebidos no protocolo,*
1163 *permitindo o acompanhamento diário de novas entradas. Além disso, foram elaborados*
1164 *formulários, formulário padrão para autuação dos processos vinculado ao banco de dados e*
1165 *instrumento de consulta para a verificação do histórico de certificação das entidades nas bases dos*
1166 *seis Ministérios certificadores. Em relação às entidades certificadas atualmente, existe 8.583*
1167 *entidades na base certificação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS,*
1168 *sendo que 5.637 possuem certificação válida ou vigente e 1.229 em entidades possuem processos de*
1169 *concessão de certificação pendentes de decisão. Não estão incluídas as entidades cujos os*

1170 *processos foram encaminhados a outros Ministérios por competência de julgamento. Ressaltou*
1171 *que, foram trocados mais de 4.576 e-mails no diligências.cebas.@mds.gov.br entre enviados pelo*
1172 *Ministério e respondido pelas entidades. Este canal visa facilitar a comunicação do ministério*
1173 *com as entidades agilizando o recebimento de informações necessárias a análise dos processos, o*
1174 *que repercute em celeridade e economia. Por fim, a Diretora Bárbara Campos, agradeceu a*
1175 *oportunidade e, se colocou a disposição. Encaminhar por e-mail a todos os Conselheiros do CNAS*
1176 *o relatório do terceiro trimestre sobre o processo de certificação de entidades beneficentes de*
1177 *Assistência Social no âmbito do MDS, exercício 2015 apresentado pelo DRSP. O ponto 2 de pauta*
1178 *foi, estudo da proposta de alteração na Resolução CNAS nº 18/2011 de modo que as informações*
1179 *sobre certificação considerem-se todas as entidades com oferta socioassistenciais inseridas e*
1180 *cadastrados com a participação do DRSP/SNAS. A Comissão de Norma sugere a Plenária,*
1181 *encaminhamentos. A Comissão de Normas propõe ao DRSP a atualização da planilha anexa a*
1182 *Resolução CNAS nº 18/2011 tendo em vista a evolução do processo de certificação. Que o DRSP*
1183 *apresente em fevereiro de 2016 o cruzamento de dados da certificação com o cadastro que CNEAS*
1184 *como subsídio para revisão da Resolução CNAS nº 18/2011. Os Conselheiros de referência do*
1185 *tema, Cláudia Faquinote, Maria José Freitas e Thiago Cabral, apresentem subsídios*
1186 *complementares para atualização da Resolução CNAS nº 18/2011 em fevereiro de 2016. Item 3 da*
1187 *pauta, relato dos Conselheiros acerca das considerações da manifestação do Conselho Municipal*
1188 *de Assistência Social/Florianópolis sobre o CIEE. 3.1 - Recebimentos no CNAS do Ofício nº*
1189 *67/2015/CEAS/Santa Catarina. A Conselheira Márcia Góes e o Conselheiro Thiago Cabral, se*
1190 *manifestaram em relação à análise e leitura do material do CMAS/Florianópolis que constava*
1191 *junto aos ofícios nº 174/2015, 183/2015 enviados pela Secretaria Executiva, onde pede*
1192 *manifestação do CNAS. Na oportunidade, antes de iniciarem as suas exposições realizou-se leitura*
1193 *do Ofício recebido nº 67/2015-CEAS-SC e que versa sobre a mesma matéria. Síntese das*
1194 *manifestações dos Conselheiros. Ao analisar a matéria, verifica-se que o CIEE/Santa Catarina*
1195 *propôs medida judicial questionando decisão do Conselho Municipal de Florianópolis de*
1196 *indeferimento de sua inscrição. Esta decisão também foi analisada pelo CEAS/Santa Catarina em*
1197 *recurso apresentado pela entidade, onde foi mantido o entendimento de indeferimento por aquele*
1198 *colegiado. Irresignada, a entidade socorreu-se do Judiciário, conseguindo esta decisão no sentido*
1199 *de obrigar o CMAS a efetuar a inscrição da entidade sob pena de multa diária. Notícia o CMAS*
1200 *que cumpriu imediatamente a decisão, salienta também, que o CMAS que por intermédio de sua*

1201 *Assessoria Jurídica apresentou declarações/defesa, e mesmo assim a justiça entendeu que a*
1202 *decisão do CMAS estaria equivocada. Indaga o CMAS a esse Conselho, qual o seu posicionamento*
1203 *face essa questão. Momento seguinte no mesmo sentido, o CEAS/Santa Catarina questiona*
1204 *igualmente o CNAS requerendo um posicionamento sobre a situação vivenciada pelos*
1205 *CMAS/Florianópolis. Neste sentido a Comissão compreender o que as consequências advindas do*
1206 *Mandado de Segurança proposto pelo CIEE/Santa Catarina, face à decisão de indeferimento de*
1207 *sua inscrição, não demanda um posicionamento deste Conselho, nos termos do Artigo 18 da LOAS,*
1208 *tendo em vista que deve ser assegurada e respeitada a autonomia do Conselho Municipal no*
1209 *enfrentamento de questões locais. A Comissão de Normas sugere a Plenária como encaminhamento*
1210 *que a Secretaria Executiva encaminha Ofício ao CMAS/Florianópolis, a partir das considerações*
1211 *emanadas da Comissão de Normas e encaminhar cópia desse ofício para CEAS/Santa Catarina. Na*
1212 *mesma oportunidade, ao fazermos o relato desta Comissão na Presidência Ampliada, inserimos*
1213 *aqui no nosso relato as considerações do debate sobre a matéria no âmbito da Presidência*
1214 *Ampliada, cujo o encaminhamento foi. O CNAS informa que, os serviços socioassistenciais*
1215 *tipificados pela Resolução CNAS nº 109/2010, as Resoluções do CNAS nº 27/2011 que caracteriza*
1216 *as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social e a*
1217 *Resolução CNAS nº 33/2011 que define a promoção da Integração ao mercado de trabalho no*
1218 *campo da Assistência Social estabelece os seus requisitos estão sendo pautados no âmbito do MDS,*
1219 *visando seu reordenamento e regulamentação. Dessa forma o CNAS é se propõe ao CMAS de*
1220 *Florianópolis, juntamente com o órgão gestor municipal, posso iniciar um diálogo especificamente*
1221 *com o CIEE e com outras entidades parceiras do Município na prestação de serviços ao público*
1222 *usuário da Assistência Social de forma que as mesmas possam proceder as adequações necessárias*
1223 *à efetivação dessa importante parceria. O item 4 de pauta continuidade do debate sobre processo*
1224 *eleitoral da sociedade civil. A Comissão de Normas que sugere a Plenária como encaminhamento,*
1225 *em virtude do horário e da ausência do retorno sobre a alteração do Decreto nº 5.003/2004, a*
1226 *Comissão de Normas acordou que este ponto da pauta será tratado na reunião da Comissão do*
1227 *mês de novembro.” E aí, importa destacar, não está registrado que a memória já estava pronta. E*
1228 *ontem o nosso Presidente já deu um informe sobre o itinerário aí, a ser percorrido em relação à*
1229 *alteração do Decreto 5003, face à sua reunião com Excelentíssima Ministra. O item 5 da pauta,*
1230 *monitoramento do Plano de Ação. “A Comissão de Normas sugere a Plenária, encaminhamento em*
1231 *virtude do horário, a Comissão de Normas acordou que este ponto da pauta será tratado na*

1232 reunião da Comissão do mês de fevereiro de 2016. Item 6 da pauta, outros assuntos. 6.1 - Ofício nº
1233 191/ 2015 do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre-Rio Grande do Sul,
1234 solicitando consulta a este Conselho sobre a possibilidade de inscrição no Conselho de Assistência
1235 Social de fundação pública de direito privado que presta serviço na área de Assistência Social. A
1236 Secretaria Executiva enviou o Memorando nº 23/2015 ao CONJUR/MDS, solicitando análise e
1237 manifestação acerca do assunto. A mesma encaminhou parecer acerca da solicitação da
1238 entidade/fundação de atendimento socioeducativo FASE/Rio Grande do Sul. A Comissão de
1239 Normas sugere a Plenária. Encaminhamento em virtude do horário a Comissão acordou que este
1240 ponto de pauta será tratado na reunião da Comissão do mês de novembro. 6.2 - Ofício 234/2015 do
1241 Deputado Eduardo Barbosa que trata da Medida Provisória nº 684/2015 que altera a Lei 13.019
1242 de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias envolvendo ou
1243 não, transferências de recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da
1244 sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a concepção de finalidades de interesse
1245 público, definir diretrizes para a Política de Fomento e de colaboração com organizações da
1246 sociedade civil. Institui o termo de colaboração e o termo de fomento, e altera as Leis número
1247 8.429 de 2 de junho de 1992 e, 9.790 de 23 de março de 1999. A Comissão de Normas sugere a
1248 Plenária como encaminhamento por se tratar de uma matéria abrangente e de interesse da
1249 Comissão de Normas, solicita a Presidência Ampliada a análise quanto a participação de
1250 Conselheiros da Comissão de Normas na referida reunião. A Presidência Ampliada aponta que, em
1251 virtude dos prazos não será possível assegurar a emissão de passagens a Secretaria Executiva
1252 articulará para que o DRSP, que está acompanhando esse debate na Câmara dos Deputados, que
1253 Compartilhe o relatório com os Conselheiros. Definição da pauta de novembro, continuidade do
1254 debate sobre processo eleitoral da sociedade civil e Ofício 191/2015 do Conselho Municipal de
1255 Assistência Social de Porto Alegre-Rio Grande do Sul, solicitando consulta a este Conselho sobre a
1256 possibilidade de inscrição no Conselho de Assistência Social de fundação pública e de direito
1257 privado, que presta serviços na área de Assistência Social. Cláudia LaurethFaquinote,
1258 Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social.”. A Conselheira Margareth destaca o
1259 item “outros assuntos”, que o Pleno já votou sobre a não privatização do SUAS, devido as
1260 fundações privadas no âmbito do SUAS. A Conselheira Cláudia informa que haverá reunião da
1261 Comissão de Normas em Novembro, com breve duração para que não prejudique a participação
1262 dos membros na reunião plenária. Aprovado o Relato da Comissão de Normas da Assistência

1263 Social. **Item – Relato da Presidência Ampliada.** A Vice-Presidente Marlene realiza a leitura do
1264 referido relato: “Memória da Reunião da Presidência Ampliada, Reunião nº 9 de 2015 no dia 21
1265 do 10, de 16h30 às 20h. Participantes da Presidência Ampliada, Edivaldo Ramos, Marlene
1266 Azevedo, Anderson Miranda, Cláudia Faquinote, Telma Maranhão. Secretária Executiva, Maria
1267 Auxiliadora, Silvani e Thaís. 1- Informe sobre as reuniões das Comissões Temáticas do CNAS, os
1268 Coordenadores, Coordenadoras informaram os principais pontos de pauta discutidos nas quatro
1269 Comissões Temáticas. 1.1 nota do CNAS acerca da alteração do Decreto 5.003/2004 que dispõe
1270 sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de
1271 Assistência Social. A Presidência do CNAS confirmou a reunião com a Ministra do MDS a ser
1272 realizada no dia 22 pela manhã, para apresentar a referida nota e ressaltar a importância da
1273 aprovação do referido Decreto pela Presidenta da República, antes do próximo processo eleitoral
1274 da sociedade civil no CNAS gestão 2016/2018, conforme deliberado na Plenária de setembro. 1.2 -
1275 Nota de repúdio, a Presidência Ampliada recomendou a elaboração da nota de repúdio dos CNAS
1276 ao Projeto de Lei do Relator do Orçamento 2016, Deputado Ricardo Barros do corte de 10 bilhões
1277 do Programa Bolsa Família/PBF a ser apreciada pela Plenária durante os informes do CNAS no
1278 dia 22 do 10, mas, na verdade, é 23 do 10. 2 - Desligamento da Conselheira Raimunda Cadó da
1279 Fundação Fé e Alegria do Brasil, o Diretor-Presidente da Fundação Fé e Alegria do Brasil, Pedro
1280 Pereira da Silva, por meio da carta direcionada ao Presidente do CNAS informou desligamento da
1281 Conselheira Raimundo acabada de referida entidade declarando que acredita que, a colaboradora
1282 cumpriu o seu papel no fortalecimento do SUAS enquanto representante daquela fundação. Diante
1283 disso, o CNAS enviou expediente a Secretaria Nacional de Assistência Social, solicitando
1284 providências para designar o Sr. Carlos Nambu na qualidade de terceiro suplente, membro da
1285 sociedade civil do segmento das entidades e organizações de Assistência Social, representando a
1286 Inspeção São João Bosco em substituição a Conselheira Raimunda Nonata Cadó, conforme
1287 comunicado da Fé e Alegria do Brasil e de acordo com a Resolução CNAS nº 28 dia 29 de outubro
1288 de 2013 que dispõe sobre o Processo Eleitoral da representação da sociedade civil, no caso de
1289 vacância no Conselho Nacional de Assistência Social. A Resolução CNAS nº 2 de 10 de fevereiro
1290 de 2014 que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho
1291 Nacional de Assistência Social gestão 2014/2016 e a Ata da Assembleia de Eleição da sociedade
1292 civil, gestão 2014/2016. O processo foi encaminhado para a SNAS e já se encontra na
1293 CONJUR/MDS para apreciação. 3 - Conferências Estaduais de Assistência Social. 3.1 - A

1294 *Presidência Ampliada propõe que o Presidente do CNAS participe da Conferência Estadual de*
1295 *Assistência Social de Roraima, levando em consideração as dificuldades enfrentadas por aquele*
1296 *CEAS que já foram pautadas estão sendo acompanhados por esse CNAS. O Conselheiro Fábio*
1297 *Bruni foi indicado, e também irá representar o CNAS na referida Conferência, indicação já*
1298 *informada ao CEAS/Roraima. 3.2 - Indicação de representante do CNAS para compor a Mesa de*
1299 *abertura e proferir Conferência Magna uma Conferência Estadual de Assistência Social de Goiás*
1300 *de 4 a 6 de novembro de 2015. Encaminhamento - A Presidência Ampliada indica o Conselheiro*
1301 *Anderson Miranda. Item 4 - Indicação de um representante suplente para compor o Fórum*
1302 *Nacional de Aprendizagem Profissional FENAP, biênio 2015/2016. Informamos que o Conselheiro*
1303 *Tiago Cabral é o representante titular na FENAP e a Ex-Conselheira Margarida Munguba era sua*
1304 *suplente. Encaminhamentos - Submeter a indicação ao segmento Conselheiros Governamentais.*
1305 *Item 5 - Apreciação da minuta de calendário de atividades do CNAS 2016, anexo B. Item 6 -*
1306 *apreciação da minuta de calendário do Processo Eleitoral dos representantes da sociedade civil no*
1307 *CNAS gestão 2016/2018, anexo C. 7 - Pesquisa acadêmica. O estudante Fábio Simão de Cunha do*
1308 *Mestrado em Administração da Universidade Federal de Viçosa, está desenvolvendo uma pesquisa*
1309 *cuja proposta compreende A análise do processo de participação na 1ª Conferência Nacional sobre*
1310 *Transparência e Controle Social CONSOCIAL, ocorrida em 2012. Diante disso solicita: 1-*
1311 *Entrevistar vocês Conselheiros Carlos Eduardo Ferrari e Renato Francisco dos Santos Paula, que*
1312 *representaram o CNAS naquela Conferência necessitando contato de e-mail, telefone ou alguma*
1313 *outra forma de contato com os mesmos. 2 - Pergunta se o CNAS dispõe de algum registro ou*
1314 *documentação que declara como foi a experiência de participação na Conferência.*
1315 *Encaminhamento - A Secretaria Executiva consultará os Ex-Conselheiros Carlos Ferrari e Renato*
1316 *de Paula, quanto ao aceite de informar seus e-mails ao estudante. A Secretaria Executiva*
1317 *encaminhará o texto-base da CONSOCIAL, o resumo da Conferência virtual e o relatório final da*
1318 *CONSOCIAL ao estudante. 8 - Ofício nº 198 de 2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social*
1319 *de Irati no Paraná, que solicita ao CNAS Cofinanciamento para acolhimento de mulheres vítimas*
1320 *de violência, conforme regimento interno da Casa de Apoio a Mulher Vítima de Violência de Irati.*
1321 *Encaminhamento - Responder ao interessado que a Secretaria de Política para Mulheres da*
1322 *Presidência da República é responsável pelo referido Programa, assim a Secretaria Municipal de*
1323 *Assistência Social de Irati deverá encaminhar manifestação ao referido órgão. Item 9 - Recurso*
1324 *administrativo do Município de Manaus, acerca da decisão da Comissão Intergestores Tripartite*

1325 *CIT, referente ao encerramento dos prazos para implantação dos serviços pactuados em 2012,*
1326 *abre aspas, em maio de 2012 Município de Manaus pacto ou junto ao Governo Federal a expansão*
1327 *dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social básica e Especial, por meio do aceite do*
1328 *Cofinanciamento de quatro Centros de Referência de Assistência Social CRAS, e três Centros de*
1329 *Referência Especializada em Assistência Social CREAS, devidamente aprovados pelo CMAS, pela*
1330 *Resolução nº 11/2012. Em 11 de junho de 2015 a Comissão Intergestores Tripartites CIT, em sua*
1331 *139ª Reunião Ordinária, decidiu não prorrogar os prazos para a implantação das unidades*
1332 *mencionadas o que acarretará prejuízos irreparáveis para os beneficiários dos serviços*
1333 *socioassistenciais em Manaus, mesmo com a gestão envidando esforços para efetivação do SUAS*
1334 *no Município, fecha aspas... Encaminhamento - Acusar o recebimento da manifestação e esclarecer*
1335 *que, por não ser matéria pertinente as competências do CNAS, a manifestação será encaminhada a*
1336 *Secretaria Executiva da CIT para conhecimento. 10 - Ofício nº 01 do FETSUAS/MT de 2015,*
1337 *referente a consulta quanto a participação do CEAS no FETSUAS/MT. A Sra. Andréia Muri,*
1338 *membro do Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS, do Mato Grosso, solicita*
1339 *esclarecimentos por parte do Fórum Nacional do Trabalhadores do SUAS, bem como do CNAS,*
1340 *quanto aos aspectos legais sobre a possibilidade ou não do Presidente do CEAS/MT compor o*
1341 *Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS. No entanto, há contradições a respeito, uma*
1342 *vez que o Presidente CEAS possui assento no Conselho como representante da OAB/MT sociedade*
1343 *civil, porém, exerce um cargo de confiança como gestor do Fundo DAS-2 na gestão Municipal de*
1344 *Cuiabá. Encaminhamento - Acusar o recebimento da manifestação em relação a composição dos*
1345 *Conselhos de Assistência Social, esclarecer o disposto na Resolução CNAS nº 6/2015 que*
1346 *regulamenta o entendimento acerca dos trabalhadores do SUAS. Ressaltar também, que o Fórum*
1347 *em instância autônoma, não cabendo ao CNAS tratar do assunto em questão. 11 - Convites. O*
1348 *Conselho Estadual de Assistência Social de Goiás, enviou convite por e-mail solicitando o*
1349 *representante do CNAS, para participar da Assembleia de Eleição da sociedade civil do CEAS/GO,*
1350 *a ser realizada dia 19 de novembro, de 09h as 17h em Goiânia. Encaminhamento - Agradecer o*
1351 *convite e informar a impossibilidade de participação do CNAS. 11.2 - Convite da 33ª Reunião do*
1352 *FONACEAS a ser realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2015 em São Paulo. A Coordenadora*
1353 *da Mesa-Diretora do FONACEAS, Marilu Monteiro, a pedido do Presidente Antônio Neto,*
1354 *encaminhou Ofício 003/2015, convidando o Presidente do CNAS para participar da 33ª Reunião do*
1355 *FONACEAS que será em São Paulo nos dias 17 e 18 de novembro de 2015. Encaminhamento -*

1356 *Agradecer o convite e informar a impossibilidade de participação do CNAS em virtude da intensa*
1357 *agenda deste colegiado em relação à organização da Conferência Nacional de Assistência Social.*
1358 *12 - Respostas aos encaminhamentos da Presidência Ampliada. 12.1 - a Secretaria nacional de*
1359 *Assistência Social enviou o Memorando 742/2015 do Gabinete SNAS/MDS, em resposta a demanda*
1360 *do CNAS enviada em abril referente a solicitação do CMAS de Governador Valadares, de revisão*
1361 *dos valores do repasse do piso de transição de média complexidade, bem como da per capita,*
1362 *devido a pessoa com deficiência. 12.2 - A Coordenação do Comitê Intersetorial de*
1363 *Acompanhamento de Monitoramento da Política Nacional para População de Rua, enviou Ofício*
1364 *3208/2015 SEI/SDH em resposta a demanda do CNAS enviada em maio, referente a solicitação do*
1365 *Movimento de População de Rua, de abertura de restaurantes comunitários nos Municípios de*
1366 *Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça. No documento o Secretário Nacional de Promoção da*
1367 *Defesa dos Direitos Humanos informa que incluirá matemática na pauta da próxima reunião do*
1368 *Comitê a fim de discutir de forma intersetorial estratégias para a implantação dos restaurantes*
1369 *comunitários solicitados, bem como garantir o acesso a população de rua a esse serviço.*
1370 *Encaminhamento - Envie a resposta da Coordenação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento*
1371 *e Monitoramento da Política Nacional para População de Rua ao movimento População de Rua de*
1372 *Florianópolis, para conhecimento e acompanhamento junto aquela Coordenação. 12.3 - Em*
1373 *resposta a denúncia enviada pelo CNAS em abril de 2015 de um membro do Movimento Nacional*
1374 *de População de Rua que afirmava que, o Programa Bahia Acolhe, não foi efetivado naquele*
1375 *Estado, o Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador encaminhou por e-mail, cópia do*
1376 *Ofício 132/2015 do CMAS informando que a Secretaria Municipal de Promoção Social Esporte e*
1377 *Combate a Pobreza, respondeu às indagações formuladas por aquele CEAS sobre o Programa*
1378 *Bahia Acolhe. A SEMPS, ressaltou que pauta as suas ações com base nos princípios do respeito a*
1379 *dignidade da pessoa humana, não se utilizando de práticas que firam a valorização e respeito a*
1380 *vida e a cidadania. Em abril do corrente ano, o CNAS havia enviado a manifestação ao CEAS/BA e*
1381 *ao CMAS/Salvador, solicitando manifestação e, a SNAS, para conhecimento. Encaminhamento -*
1382 *Enviar resposta ao CMAS ao CEAS/BA para conhecimento. 13 - Informes. 13.1 - Resposta a Nota*
1383 *Pública do CNAS contra a redução da maioria penal enviada ao Senado. O Secretário-Geral*
1384 *da Mesa Luiz Fernando Bandeira de Mello, enviou carta informando que a manifestação do CNAS*
1385 *foi enviada a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania do Senado Federal, para ser juntada*
1386 *ao processo da PEC nº 115/2015 que altera a redação do Artigo 228 da Constituição Federal. 13.2*

1387 - O Ofício Circular do Conselho Estadual de Assistência Social do Espírito Santo, datado de 19 do
1388 9 de 2015, solicitando ao CNAS intervenção junto ao Governo do Estado do Espírito Santo, no
1389 sentido de garantir a plena realização da XIª Conferência Estadual de Assistência Social, tendo em
1390 vista que até a data do envio do referido Ofício a Conferência Estadual não havia sido convocada.
1391 O Presidente do CNAS, encaminhou Ofício nº 121/2015 da Presidência CNAS/MDS ao Governador
1392 do Estado do Espírito Santo, solicitando apoio para a realização da Conferência Estadual de
1393 Assistência Social do Espírito Santo. No dia 13 de outubro o Conselho Estadual de Assistência
1394 Social enviou e-mail informando que a Secretaria de Estado de Assistência Social e Política para
1395 as Mulheres SEASM e o Conselho Estadual de Assistência Social CEAS realizaram nos dias 4, 5 e
1396 6 de novembro, próximo a XIª Conferência Estadual de Assistência Social quem foi precedida pelas
1397 Conferências Municipais realizadas em todo Estado do Espírito Santo. 13.3 - Informe do Conselho
1398 Federal do Serviço Social CEFESS e o Conselho Regional de Serviço Social CRES VIª Região/MG
1399 com a divulgação da realização do Vº Encontro Nacional de Seguridade Social e Serviço Social
1400 nos dias 19 21 de novembro próximo, na Cidade de Belo Horizonte/MG. O evento ocorrerá no
1401 Centro de Convenções Minas Centro, situado na Avenida Augusto de Lima, 785, Lourdes, Belo
1402 Horizonte/MG. A programação completa encontra-se disponível no site do evento,
1403 www.encontrodeseguridadesocial.com.br. 14 - Pauta da 239ª Reunião Ordinária do CNAS, anexo
1404 A. Assina o relatório, Edivaldo da Silva Ramos, Marlene de Fátima Azevedo, Presidente e Vice-
1405 Presidente do Conselho.”. A Conselheira Margareth entende que a justificativa para desligamento
1406 da entidade não condiz com o ótimo trabalho da Conselheira Cadó, questiona se há uma vaga no
1407 seguimento com a saída da Conselheira. O Presidente Edivaldo esclarece que a nomeação do Sr.
1408 Carlos Nambu já se encontra em andamento e ele terá direito a escolha de Delegados. Ademais
1409 informa que como Conselheiro titular encontra-se o Sr. Thiago Cabral e como Suplente a
1410 Conselheira Denise Mafra, portanto está recomposta a representatividade. Calendário de reuniões
1411 do CNAS: A Vice-Presidente Marlene descreve as atividades previstas no calendário, lembra que
1412 em Janeiro não são realizadas reuniões: “Em fevereiro, a reunião está agendada para o período de
1413 16 a 18 do mês, sendo que dia 16 é a reunião das Comissões 17 e 18 a 241ª Reunião Ordinária do
1414 CNAS. Mês de março de 1 a 30, pedido de habilitação com relação a eleição do CNAS. No dia 15 a
1415 Plenária para 15 a 17, sendo que no dia 15 é a reunião das Comissões, 16 e 17, 241ª Reunião
1416 Ordinária do CNAS e dia 18 de março uma reunião trimestral com os Conselhos Estaduais de
1417 Assistência Social. Abril, 12 e 13, uma reunião descentralizada e ampliada, nós estamos aqui com

1418 a observação de cumprimento do que está no Regimento com relação as reuniões descentralizadas,
1419 as trimestrais e as regionais. Dia 14, 242ª Reunião Ordinária do CNAS, de 11 a 15, eleição CNAS
1420 Subcomissão de Habilitação, 22 a 29, eleição CNAS apresentação de recursos, 26 e 27, Reunião
1421 Regional Norte. Eu ressalto novamente que o calendário de eleição nós vamos discutir depois.
1422 Maio, de 9 a 17, eleição CNAS Subcomissão de recursos, dia 17 reunião das Comissões, 18 e 19,
1423 243ª Reunião Ordinária do CNAS, 24 e 25, reunião regional Centro-Oeste, 31, Assembleia de
1424 eleição da sociedade civil. Mês de junho, 14, 15, 16 244ª Reunião Ordinária do CNAS, dia 14,
1425 posse dos Conselheiros 2016/2018, 28 e 29 região regional Sul e Sudeste conforme vem sendo
1426 cumprido, nós fazemos a Sul e Sudeste conjuntamente. Julho, 12 Reunião das Comissões, 13 e 14,
1427 245ª Reunião Ordinária do CNAS, 26 e 27, Reunião Regional Nordeste. Agosto, 16, Reunião das
1428 Comissões, 17 e 18 246ª Reunião Ordinária do CNAS, 23 e 24, Reunião Regional Norte. Vocês se
1429 lembram que são duas? É uma por semestre, duas por ano. Setembro, 13 Reunião das Comissões,
1430 14 e 15, 247ª Reunião Ordinária do CNAS, 16, Reunião Trimestral, 27 e 28 Reunião Regional
1431 Centro-Oeste. Outubro, 18 e 19, Reunião Descentralizada e Ampliada, 20, 248ª Reunião Ordinária
1432 do CNAS, 25 e 26, Reunião Regional Sul e Sudeste. Novembro, 22, Reunião das Comissões, 23 e
1433 24, 249ª Reunião Ordinária do CNAS, eu estou no mês de novembro, me desculpe, 29 e 30, Reunião
1434 Regional Nordeste. Dezembro, 12, Reunião das Comissões, 13 e 14, 250ª Reunião Ordinária do
1435 CNAS, e 15, Reunião Trimestral. Fechamos assim o mês, o calendário do ano de 2016.”. O
1436 Presidente Edivaldo informa que as datas das reuniões regionais serão discutidas no ano de 2016,
1437 devido as particularidades e dificuldades de realização, por sua execução depender também do
1438 Estado. A Vice-Presidente concorda que deve ser realizada uma revisão do regimento interno
1439 devido a quantidade de atividades no período de um mês. A Vice- Presidente realiza a leitura a
1440 proposta de calendário para o processo de eleição da Sociedade Civil no CNAS, gestão 2016 a
1441 2018: “Conforme solicitado apresenta abaixo a proposta de calendário para a realização do
1442 processo de eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional, gestão
1443 2016/2018, em virtude de ter sido essa proposta sempre feita pela Assessoria de Publicação cuja
1444 responsabilidade aí a referência é o Ranieri Braga. 1 - Calendário para avaliação e aprovação
1445 com comentários. Data, de 04 do 11 a 29 do 02. Justificativa, dois meses para a divulgação do
1446 processo. Atividade, prazo para divulgação do edital de convocação para o processo de eleição, de
1447 01 a 30 de março de 2016. Justificativa - 30 dias são considerados tempo razoável para que os
1448 interessados apresentem os pedidos de habilitação. Atividade e prazo para apresentar pedido de

1449 *habilitação, juntamente com a documentação exigida na Resolução CNAS nº/2016, perante a*
1450 *Comissão eleitoral para entidades reeleitoras, e, ou, eleitora e habilitadas para designar*
1451 *candidatos. 31 do 03, 01 do 4, e 4 e 5 do 04, deixar intervalo de quatro dias para recebimento dos*
1452 *pedidos via correio, 6 a 8 deixar o intervalo de três dias úteis para a equipe técnica preparar os*
1453 *processos e lista de documentos apresentados como subsídio a Comissão de Habilitação. Eu peço*
1454 *que vocês desconsiderem o que está no parênteses, porque foi feito um reajuste. Ah, esse aqui está*
1455 *adequado, mas o de cima teve um reajuste, não foi arrumado. 11 a 15 do 4, 10 dias úteis para*
1456 *examinar analisar e julgar os pedidos. Atividade, prazo final para análise dos pedidos de*
1457 *habilitação para entidades eleitoras, ou eleitora e habilitadas para designar candidatos. 18 e 19 do*
1458 *4, deixar um intervalo de dois dias úteis, para correções e preparo do material para publicação no*
1459 *Diário Oficial da União. 20 do 4, Diário Oficial da União. Publicação no Diário Oficial da União*
1460 *da relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de*
1461 *Assistência Social e dos trabalhadores do SUAS habilitados. 22 a 29 do 4, 6 dias úteis são*
1462 *considerados tempo razoável para conhecimento e apresentação de recurso. Prazo final para*
1463 *ingressar com recurso junto a Subcomissão de Recursos. 2 e 3 do 5, deixar intervalo de dois dias*
1464 *para recebimento dos pedidos de recurso via correio. 4 a 6 do 5, deixar intervalo de 3 dias para a*
1465 *equipe técnica preparar os pedidos de recurso, bem como a lista de verificação de documentos*
1466 *apresentados como subsídios a Subcomissão de Recursos. 9 a 17 do 5, sete dias são considerados*
1467 *suficientes para análise e julgamento dos pedidos de recurso, prazo final para julgamento de*
1468 *recurso apresentados. 18 e 19 do 5, o intervalo de dois dias úteis para a correções e preparo do*
1469 *material para publicação pela Imprensa Nacional. 20 do 5, Diário Oficial da União, publicação no*
1470 *Diário Oficial da União do ato de homologação da relação de representantes, organizações de*
1471 *usuários das entidades e organizações de Assistência Social dos trabalhadores do setor, candidatos*
1472 *ao Pleito como eleitoras, e habilitadas para designar candidatos, e os resultados do julgamento de*
1473 *recurso. 31 do 5, Assembleia de eleição. 1 do 6, deixar um dia para correções e preparo do*
1474 *material para publicação de matéria no Diário Oficial. 2 do 6, Diário Oficial da União, publicação*
1475 *dos resultados das eleições de representantes da sociedade civil no CNAS. 3 a 7, deixar um dia útil*
1476 *para correções e publicação da matéria no Diário Oficial da União, este material é de competência*
1477 *do Gabinete da Ministra, por meio da Portaria do MDS. 8 a 10, Diário Oficial da União, prazo*
1478 *final para a publicação da nomeação dos Conselheiros conforme Decreto 5003/2004, que é o*
1479 *Decreto que está em vigência. Evidentemente fazendo a adequação, a gente refaz aqui. 14 do 6,*

1480 *posse dos Conselheiros, Conselheira do CNAS para a gestão 2016/2018.*”. O Presidente Edivaldo
1481 esclarece, à Conselheira Carmem, que a Comissão que acompanhará o processo eleitoral é formada
1482 por Conselheiros que não concorrem ao pleito. Após contribuições o Presidente Edivaldo sugere a
1483 readequação na pauta de novembro para discutir o processo eleitoral (a minuta de Resolução) e a
1484 formação da Comissão Eleitoral, e os horários para tanto serão definidos posteriormente quando a
1485 pauta de novembro entrar em análise. Pesquisa Acadêmica: A Conselheira Jucileide questiona sobre
1486 a existência de algum espaço no CNAS que acompanha o andamento dos trabalhos e entrevistas,
1487 pois entende de suma importância o retorno e acompanhamento dos trabalhos acadêmicos para o
1488 CNAS. O Presidente Edivaldo informa que a Secretaria Executiva orienta os pesquisadores a
1489 disponibilizarem o retorno, solicita a Secretaria Executiva se mantenha atenta, registra a existência
1490 da instrução normativa. A Vice-Presidente Marlene realiza a leitura sobre a ordem de serviços em
1491 relação aos trabalhos acadêmicos: “*Ordem de Serviço da Secretaria Executiva de 02 de 2005,*
1492 *disciplina procedimentos referentes a autorização de pesquisas e consultas no âmbito do Conselho*
1493 *Nacional de Assistência Social para estudantes de Universidades, Faculdades*”. O Presidente
1494 Edivaldo pondera que a revisão da instrução normativa será agendada para o ano de 2016. Item 6:
1495 O Presidente Edivaldo concorda com a Conselheira Célia no que diz respeito ao ofício, que deveria
1496 conter informação que o CNAS não trata-se de órgão financiador, apenas aprova os critérios de
1497 partilha e cofinanciamento. Com relação ao encaminhamento ser direcionado a Secretaria da
1498 Mulher ou a Secretaria Nacional, pois desconhece a qual das duas pertence o dever de
1499 financiamento de serviços, solicita ajuda aos Conselheiros do MDS para que esclareçam a dúvida.
1500 A Conselheira Célia informa que trata-se de um serviço da Assistência Social. Ofício do Fórum
1501 Estadual dos Trabalhadores de Mato Grosso: A Conselheira Margareth entende que o CNAS deve
1502 reafirmar que aquele que está na gestão não representa o trabalhador. O Presidente concorda com a
1503 Conselheira Margareth, porém explica que o CNAS não pode opinar sobre a composição do fórum.
1504 Convites: O Conselheiro Leovane considera importante a presença do CNAS na reunião do
1505 FONASEAS. O Presidente sugere que o Conselheiro Thiago seja consultado, ainda que a
1506 Conselheira Dulce confirme participação posteriormente. A Vice-Presidente Marlene apresenta o
1507 convite recém-chegado ao Conselho: “*A Secretaria de Governo da Presidência da República, a*
1508 *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Centro de Assessoria*
1509 *Multiprofissional CAMP convidam para o 13º Encontro Nacional da Rede de Educação Cidadã,*
1510 *RECID a realizar-se nos dias 26 a 29 de novembro de 2015 em Brasília. O encontro visa a*

1511 *compartilhar os resultados do último período de trabalho da parceria entre o Governo Federal e as*
1512 *organizações sociais no campo da Educação Popular e Direitos Humanos e debate as novas*
1513 *perspectivas para a atuação da Rede de Educação Cidadã, no contexto da Pátria Educadora. O*
1514 *encontro contará com cerca de 200 participantes entre representantes de movimentos sociais e das*
1515 *organizações da sociedade civil, Conselhos, Educadoras e Educadores da Rede de Educação*
1516 *Cidadã RECID além de representantes de vários Ministérios do Governo Federal. É fundamental*
1517 *contarmos com a representação de seu movimento, organização ou Conselho. O link com*
1518 *informações sobre a pessoa indicada por sua instituição deverá ser acessado até dia 26 de outubro,*
1519 *para que haja tempo hábil de viabilizar as passagens para Brasília. Para acessar basta clicar no*
1520 *endereço, aí tem o endereço eletrônico aqui, preencher as informações, e ao final, clicar em*
1521 *submete. Você Receberá o seguinte retorno.”. Após debate e contribuições, tendo em vista os*
1522 *critérios para a participação dos Conselheiros, com a solicitação que o participante seja do*
1523 *seguimento da Sociedade Civil o Pleno delibera que O Conselheiro Samuel participará do XIII*
1524 *Encontro Nacional de Educação Popular. Discussão da pauta para a próxima Plenária:O Pleno*
1525 *indica o seguinte Encaminhamento: na data de 11/11/2015, a realização da reunião da Comissão de*
1526 *Normas, no período da manhã das 9h as 12h,e será realizada a reunião Plenária, para discutir sobre o*
1527 *processo eleitoral na parte da tarde, incluindo a análise da minuta da Resolução, bem como a*
1528 *escolha dos membros da Comissão referente ao processo eleitoral. Prazo para entrega dos nomes de*
1529 *Delegados e Convidados:O Pleno indica o seguinte encaminhamento: a entrega dos nomes dos*
1530 *Delegados (até terça-feira da semana seguinte) e Convidados (até sexta-feira da semana seguinte), a*
1531 *Conselheira Cláudia será responsável pelos nomes advindos do seguimento das entidades, a qual*
1532 *passará a relação completa para a Secretaria Executiva. A Conselheira Aldenora fica responsável*
1533 *pelo seguimento dos usuários, quanto ao seguimento dos trabalhadores, o responsável será o*
1534 *Conselheiro Leovane, e a Vice-Presidente Marlene se responsabilizará pelo seguimento do governo.*
1535 *Aprovado o Relato da Presidência Ampliada. **ENCERRAMENTO.** O Presidente Edivaldo encerra*
1536 *a reunião para almoço, e convida a todos a retornarem às 14:00. **ABERTURA.**O Presidente*
1537 *Edivaldo reinicia a reunião, e solicita a Secretária Executiva Maria Auxiliadora que realize a*
1538 *conferência do quórum. A Secretária Executiva Substituta Maria Auxiliadora informa os*
1539 *Conselheiros titulares presentes: Marlene Azevedo; Léa Braga; Célia Lima; Cláudia Faquinote;*
1540 *Anderson Miranda; Samuel Rodrigues; Clátia Vieira; Edivaldo Ramos; Patrícia Vieira.*
1541 *Conselheiros no exercício da titularidade: Laís Mendonça; Denise Gonçalves; Márcia Góes.*

1542 Dulcinéia Francisco. Conselheiros suplentes: Maira Almeida; Naelson Ferreira; Aldenora González;
1543 Carmen Fogaça; Margareth Dallaruvera; Jucileide Nascimento e Leovane Gregório. O Presidente
1544 Edivaldo pondera que a Conselheira Clátia possui uma demanda para apresentar ao Conselho
1545 Nacional no que se refere a Câmara Técnica do ACESSUAS Trabalho, que a Conselheira solicitou
1546 que um grupo fosse constituído para estudar o material para contribuir com a Conselheira, propôs
1547 que o grupo seja formado por um representante dos usuários, um dos trabalhadores, governo e
1548 entidades, bem como sugere um diálogo virtual. A Conselheira Maira se dispôs para o seguimento
1549 governamental, o Conselheiro Samuel se prontificou quanto ao seguimento dos usuários, a
1550 Conselheira Jucileide representando o seguimento dos trabalhadores e a Conselheira Dulce
1551 representará as entidades. A nova Conselheira Laís saúda o colegiado. **Item – Relato da Comissão**
1552 **de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.** A Conselheira Aldenora realiza a
1553 leitura da memória da referida reunião: "*Reunião ordinária 010/2015, realizada no dia 21/10/2015*
1554 *de 9 h às 13 h. 1) Avaliação da participação dos conselheiros da comissão de acompanhamento*
1555 *nas conferências estaduais. 1.1) a conselheira Aldenora relatou que representou o CNAS na*
1556 *conferência estadual do Pará, esta conferência contou com a participação de 144 municípios, com*
1557 *representação de diversos povos e comunidades tradicionais. O secretário estadual se fez presente*
1558 *em todos os momentos foi homologado fórum estadual dos usuários do SUAS, Pará. 2) retomada*
1559 *dos encaminhamentos na reunião do dia 15 de setembro de 2015." Eu peço desculpas, eu não li*
1560 *aqui os componentes da comissão, houve uma falha aqui, não tem os nomes dos componentes,*
1561 *depois a gente ver. "2) retomada dos encaminhamentos da reunião do dia 15 de setembro de 2015.*
1562 *A conselheira Aldenora que coordenou a reunião fez a leitura de todos os itens propostos. Após a*
1563 *leitura, foram feitos os encaminhamentos a baixa relacionados: 1) Que a CAC realize reuniões*
1564 *regionais em 2016 com agenda específica para discussão das dificuldades apresentadas pelos*
1565 *CEAS, visando o pleno funcionamento dos colegiados, Que a CAC monitore periodicamente cada*
1566 *situação elencada e detectada por intermédio do Censo SUAS 2014, proposta de pauta com o*
1567 *FONSEAS. Priorizar as atualizações das leis e regimentos das reuniões regionais de 2016. Já foi*
1568 *enviado material referente ao tema, o CEAS Bahia e Rio de Janeiro enviaram as minutas para*
1569 *sugestões da comissão. (propor a agenda com CONGEMAS para discutir as questões que estão*
1570 *relacionadas ao conselho municipal de assistência social.) 2) que seja agendado uma reunião com*
1571 *FONSEAS para escuta e sensibilização da necessidade de fortalecer o CEAS, proposta ainda a*
1572 *ser elaborada. Proposta de agenda para o mês de novembro. A conselheira Maira já articulou a*

1573 agenda com o presidente do FONSEAS. 3) agendar com o CEAS e participar eventualmente em
1574 casos específicos das respectivas reuniões ordinárias. Como prioridade para as demandas agendar
1575 mediante as solicitações de dificuldades identificadas que as reuniões aconteçam no período de
1576 realização das reuniões otimizando o tempo e recurso. 4) necessidade de planejamento de
1577 capacitação permanente para o CEAS. Para esse ponto foi criada uma Subcomissão composta
1578 pelas conselheiras Solange Teixeira e Raimunda Cadó, com o desligamento da conselheira Cadó
1579 da comissão indica a conselheira Clátia Vieira para substituí-la, participará também da
1580 Subcomissão a conselheira Denise Mafra. 5) articular e fomentar com o CEAS para aí Alagoas
1581 para que exerçam o controle social do programa Bolsa Família. Foi enviada a resolução nº
1582 15/2014 com orientações e comentários. Contactar os CEAS Pará e Alagoas para verificar as
1583 medidas tomadas, caso não tenham sido tomadas as providências, esse ponto será incluído na
1584 pauta do FONSEAS. 6) articular junto ao CNAS como fortalecer o CEAS Roraima, priorizando a
1585 realização da conferência estadual. Presidente do CNAS fez visita in locu para tratar do assunto. 7)
1586 expediente do CNAS aos gestores estaduais reafirmando a importância do fortalecimento ao
1587 controle social por intermédio dos conselhos. Nesse ponto foi encaminhado ofício aos gestores
1588 estaduais e Distrito Federal. 3) outros assuntos. Cogita-se a apresentação na Câmara federal de
1589 um corte no orçamento de 35% do programa Bolsa Família para 2016. A proposta do deputado
1590 federal Ricardo Barros, PP do Paraná, relator da comissão de orçamento. A comissão propõe
1591 como encaminhamento para a presidência ampliada que crie uma comissão para elaborar
1592 documento em defesa da manutenção dos recursos do programa Bolsa Família. Encaminhamento:
1593 3.1) constituir comissão para elaborar documento em defesa da manutenção do programa Bolsa
1594 Família. 3.2) o documento elaborado deverá ser protocolado para os líderes dos partidos e para a
1595 frente parlamentar de assistência social. 4) definir pauta da reunião da comissão com FONSEAS
1596 em novembro. 4.1) a atualização e adequação da lei de criação do CEAS e adequação do
1597 regimento interno ao suas, lei 12.435/2011. 4.2) apoio e fortalecimento da gestão ao controle
1598 social. Aldenora Gomez González, representante da sociedade civil; Marlene de Fátima Azevedo,
1599 representante governamental.". A Vice-Presidente Marlene indica o Encaminhamento: Convidar o
1600 Presidente do FONSEAS para discussão referente ao Controle Social no Pleno, tendo em vista não
1601 ter a reunião em novembro à reunião com o FONSEAS será em fevereiro de 2016. O debate
1602 realizado resulta no encaminhamento no sentido de aproveitar o a conferência para realizar reuniões
1603 com os Conselhos Estaduais. Com relação a Nota de Repúdio relativa ao corte de orçamento do

1604 Programa Bolsa Família, o Pleno acata a proposta de enviar documento elaborado a todos os
1605 deputados por e-mail, e que o documento seja protocolado perante as lideranças do congresso.
1606 Aprovado o Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. **Item – Relato Comissão de**
1607 **Acompanhamento aos Benefícios e Transferência de Renda da Assistência Social.**A
1608 Conselheira Margareth procede com a leitura da memória da referida reunião: "*Reunião 03/2015;*
1609 *data/horário 21/10/2015, de 16h às 19h; local: CNAS, Esplanada dos Ministérios, anexo ao bloco*
1610 *F, Ala A, sala 108. Conselheiros e conselheiras presentes: Alceu Kuhn, Elise Andreolla, Laís*
1611 *Maranhão Santos Mendonça, Margareth Alves Dallaruvera. Convidados: Marina de Lourenço, a*
1612 *assessoria de gabinete da SENARC, Sérgio Monteiro da Silva, coordenador-geral de execução*
1613 *orçamentária e financeira, DEOP/SENARC. Participantes: Maria Laura Carvalho Bica, FENAS e*
1614 *conselho nacional de saúde. Secretaria-executiva do CNAS: Carolina Ribeiro, Maria Antônia P.*
1615 *Valente, Rosiely Bonfim. 1) indicação do coordenador e Coordenador-Adjunto da comissão. A*
1616 *conselheira Margareth Alves Dallaruvera deu início a reunião e formando a necessidade da*
1617 *indicação do (a) coordenador (a) e coordenador (a) adjunto (a). A comissão indicou as*
1618 *conselheiras Léa Braga como coordenadora e a Laís Maranhão Santos Mendonça como adjunto.*
1619 *2) apresentação. Impacto social do programa Bolsa Família conquistas e desafios. Convidada*
1620 *Marina Carvalho Lourenço SENARC. A senhora Marina Carvalho Lourenço, assessora do*
1621 *gabinete da SENARC, juntamente com o senhor Sérgio Monteiro da Silva, coordenador-geral de*
1622 *execução orçamentária e financeira, DEOP/SENARC, apresentaram sobre impacto social do*
1623 *programa Bolsa Família, conquistas e desafios. 3) Eixos do Bolsa família, transferência de renda,*
1624 *foco da extrema pobreza e pobreza, famílias com RPC de até 154 renda per capita, de até*
1625 *R\$150,00. Benefícios para famílias com ou sem filhos. Trabalho não é impeditivo do recebimento*
1626 *PBF, é complementar a renda das famílias. Condicionalidade: educação, crianças de 6 e 15 anos e*
1627 *jovens de 16 a 17 anos. Saúde: famílias, crianças de zero a seis anos, gestantes e nutrizes, atua no*
1628 *ciclo intergerencial da pobreza. Programas complementares: reforma os serviços básicos de saúde*
1629 *e educação com qualidade e cidadania. Articulação com outros programas, reforço com Brasil*
1630 *Sem Miséria de complementação dos estados. A gestão descentralizada do Bolsa Família permite*
1631 *que a união, estados e Distrito Federal, e municípios atuem de forma corresponsável na*
1632 *implementação do programa. Artigo oitavo: da lei 10.836/2004. O Índice de Gestão*
1633 *Descentralizada, IGD, é o mecanismo que a união utiliza para avaliar e apoiar financeiramente a*
1634 *gestão do PBF e do Cadastro Único realizada pelos municípios, estados e Distrito Federal.*

1635 *Recursos do IGD para os conselhos: para programar e utilizar os recursos do IGD, PBF, no*
1636 *mínimo 3% dos recursos repassados com base no IGD devem ser utilizados para apoiar as*
1637 *atividades de participação e de controle social do PBF e do Cadastro Único. Esse recurso tem*
1638 *como objetivo ajudar a fortalecer a atuação dos conselhos e na realização das suas atividades,*
1639 *tendo como foco levar a informação aos usuários, estimulá-los a participarem, tanto das reuniões*
1640 *do conselho, quanto de capacitações, conferências e demais eventos sobre o programa Bolsa*
1641 *Família, o Cadastro único e a política de assistência social. Para planejar o uso desses 3% ou mais*
1642 *dos recursos do IGD é necessário que anualmente é para da elaboração do programa da lei*
1643 *orçamentária, PLOA, dos estados ou municípios o conselho adote seguintes providências: solicitar*
1644 *ao gestor do PBF a informação sobre qual é a estimativa do valor de recursos a serem recebidos*
1645 *pelo cálculo do IGD PBF no ano para a qual estiverem elaborando orçamento. Apresentar ao*
1646 *fundo de assistência social, FAS, planilha contendo uma lista ordenada por ordem de prioridade*
1647 *com as despesas estão previstas para serem realizadas com a atividade do conselho no*
1648 *acompanhamento do PBF e do Cadastro Único. Incluir na PLOA nas categorias econômicas e nos*
1649 *elementos de despesas sugeridas os valores solicitados. Todos os recursos advindos do IGD PBF*
1650 *são geridos pelos respectivos fundos de assistência social, não cabendo abertura de contas*
1651 *bancárias específicas para o conselho a administrar a execução desses recursos. Dados do*
1652 *programa: 13,9 milhões de famílias, outubro de 2015, o benefício de R\$164,00, 48 milhões de*
1653 *peças, 9 milhões de famílias monitorizadas pela saúde; 15,7 milhões de famílias monitoradas*
1654 *pela educação, custo de menos 0,5% do PIB; presente em 5570 municípios, 176.000 operadores.*
1655 *Perfil dos beneficiários: 74% negras,1% indígenas,56% de mulheres. Retrato do Bolsa Família:*
1656 *resultado, 14 milhões de famílias beneficiadas em outubro de 2015, valor médio do benefício pago*
1657 *é de R\$167,00. 2,3 bilhões pagos diretamente as famílias, 17 milhões de estudantes acompanhados*
1658 *anualmente,95% dos estudantes de seis a quinze anos frequentam pelo menos 85% das aulas, 5,5*
1659 *milhões de crianças menores de sete anos tenha saúde acompanhada, elas são pesadas, medidas e*
1660 *vacinadas. 36 milhões de pessoas se mantém fora da extrema pobreza. Perfil: média, de 3,5*
1661 *pessoas por família, a média de dois filhos por família,55% dos beneficiários têm até vinte anos.*
1662 *16,1 milhões são crianças até doze anos,73% dos responsáveis familiares são mulheres,68% dos*
1663 *responsáveis pelas famílias são mulheres negras,75% dos beneficiários adultos estão no mercado*
1664 *de trabalho. Encaminhamento: a Secretaria-Executiva do CNAS encaminhará apresentação para*
1665 *os (as) conselheiros (as) da comissão. A conselheira Laís apresentará o levantamento dos*

1666 *trabalhadores do Cadastro Único e pessoas com deficiência que estão inseridos no programa*
1667 *Bolsa Família. 3) discussão acerca dos materiais sobre o programa Bolsa Família, os benefícios*
1668 *eventuais e Benefício de Prestação Continuada que poderão vir a ser distribuídos na décima*
1669 *conferência nacional de Assistência social. Encaminhamento: verificar junto à comissão*
1670 *organizadora e a SENARC a possibilidade de produção do material IGD, programa Bolsa Família,*
1671 *os benefícios eventuais e Benefício de Prestação Continuada de mídia eletrônica para distribuição*
1672 *na décima conferência. 4) definição do calendário de reuniões da comissão para 2016.*
1673 *Encaminhamento:..." Até, porque essa reunião gente, ela é trimestral. "Encaminhamento: as*
1674 *reuniões da comissão serão realizadas nos meses de março, junho, setembro e dezembro de 2016.*
1675 *5) pauta da reunião de março de 2016. Levantamento dos trabalhadores, das pessoas com*
1676 *deficiência e das famílias que estão inseridas no CadÚnico; apresentação da SENARC; e a*
1677 *retomada do plano de ação da comissão. Margareth Alves Dallaruvera, conselheira da comissão*
1678 *de acompanhamento de benefícios e transferência de renda." O Conselheiro Anderson solicita a*
1679 *apresentação realizada pela SENARC, pois necessita para apresentação na Comissão de Política.*
1680 *Aprovado o Relato da Comissão de Acompanhamento aos Benefícios e Transferência de Renda.*
1681 **Item – Relato da Comissão de Política da Assistência Social.** O Conselheiro Anderson realiza a
1682 *leitura da Memória de reunião: "Reunião da comissão de política de Assistência social, outubro de*
1683 *2015. Memória da reunião: reunião 09/2015; data/horário 21/10/2015, das 9 h às 16h; local:*
1684 *CNAS, Esplanada dos Ministérios, anexo, bloco F, Ala A, sala 108. Conselheiros e conselheiras*
1685 *presentes: Anderson Lopes Miranda, Célia Maria de Souza Melo Lima, Edivaldo da Silva Ramos,*
1686 *José Crus, Jucileide Ferreira do Nascimento, Margareth Alves Dallaruvera. Participantes: Paulo*
1687 *César G. Martins, CONSEAS São Paulo, Valéria Cristina Lopes, COMAS São Paulo. Secretaria-*
1688 *executiva: Carolina Ribeiro, Maria Antônia P. Valente, Rosiely Bonfim. 1) discussão sobre o*
1689 *temário da X Conferência nacional de Assistência social. Conselheiro Edivaldo Ramos iniciou a*
1690 *apresentação falando da importância da conferência debater o pacto federativo do SUAS,*
1691 *considerando todos os aspectos desse tema, pois ele não se restringe as questões orçamentárias. É*
1692 *preciso abordar, entre outras variáveis, a relação entre o público e o privado e as*
1693 *responsabilidades dos entes federados, a gestão compartilhada e as perspectivas suprarregional,*
1694 *ou seja, compromisso coletivo e recíproco para com a totalidade das regiões do país. O pacto*
1695 *federativo deverá ser debatido no âmbito do SUAS, olhando para as demandas locais, regionais,*
1696 *estaduais e nacionais da política de assistência social e assumindo o compromisso de*

1697 *aprimoramento nessa articulação federativa, considerando a gestão, o controle social e a*
1698 *qualificação das ofertas socioassistenciais. Como o SUAS é um sistema, é um sistema a omissão de*
1699 *um desses atores compromete os resultados e as metas das políticas Assistência Social. A*
1700 *legislação do SUAS avançou muito nos últimos dez anos, mas precisa ser aprimorado com a*
1701 *participação de todos. Que a discussão durante a conferência de suas deliberações trarão*
1702 *resultados efetivos para o SUAS e a contribuição substantiva para a construção do plano decenal*
1703 *2016/2026. O SUAS é uma conquista civilizatória de todos e para todos e todas. Encaminhamento:*
1704 *o presidente falará do tema das dimensões na reunião ordinária do CNAS, visando socializar e*
1705 *ampliar o debate ocorrido na comissão de política, bem como solicitará o envolvimento dos*
1706 *conselheiros na organização de realização da décima conferência. A Secretaria-Executiva do*
1707 *CNAS encaminhará por e-mail a apresentação da professora Aldaíza Sposati realizada na*
1708 *conferência estadual de Manaus. Informes: calendário de execução do CapacitaSUAS.*
1709 *Encaminhamento: a Secretaria-Executiva do CNAS encaminhará o calendário por e-mail para os*
1710 *conselheiros da comissão de política." Eu só queria pedir aqui que antes do encaminhamento,*
1711 *colocasse só para Secretaria-Executiva que foi mandado o material para nós solicitado por essa*
1712 *comissão, só para que o pleno entender o que a gente está dizendo desse calendário está bem? Só*
1713 *para isso. "Reforçar que o CNAS/comissão de política de Assistência social acompanhe in locu a*
1714 *execução do CapacitaSUAS, que o CNAS/comissão de política de Assistência social solicite a SNAS*
1715 *o relatório das avaliações do CapacitaSUAS feito pelas instituições de ensino superior, IES, e*
1716 *alunos, e o estado. 2.2) oficina sobre a relação SUAS como sistema de justiça, 19 de novembro. Na*
1717 *comissão propõe ao CNAS a participação de um representante da comissão de política, segmento*
1718 *dos trabalhadores, na referida oficina. Levantar o assunto já tratado por essa comissão para a*
1719 *presidência ampliada e verificar se o MDS irá apresentar na oficina o balanço dos cinco encontros*
1720 *regionais já realizados, caso não, que o CNAS solicite. Anderson Lopes Miranda, coordenador da*
1721 *Comissão de Política de Assistência Social." O Presidente Edivaldo discorre sobre a apresentação*
1722 *que realizou na Comissão de Política em relação ao temário da X Conferência Nacional de*
1723 *Assistência Social. A Conselheira Denise assegura que o Ministério do Desenvolvimento Social*
1724 *tem realizado avaliação em loco, através de seus técnicos e da SAGI nas ações cotidianas do*
1725 *CAPACITASUAS. O Conselheiro Anderson informa que há relatos de trabalhadores insatisfeitos*
1726 *com o CAPACITASUAS, sugere que seja verificado de que forma está sendo feito o*
1727 *acompanhamento perante os Estados das capacitações. A Conselheira Jucileide pondera que a*

1728 Comissão de Política não pretende interferir na autonomia dos Estados e do próprio MDS. A
1729 Conselheira Margareth reforça o encaminhamento a respeito da realização de uma reunião conjunta
1730 da Comissão de Política com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, e propõe que seja
1731 instituída uma Comissão que se reúna trimestralmente para analisar os relatórios do
1732 CAPACITASUAS. A Conselheira Telma ressalta a importância de provocar os Conselhos
1733 Estaduais sobre o seu papel, considera importante a participação da SAGI e SNAS e acrescenta que
1734 não existe recurso internacional no Programa Nacional do CAPACITASUAS. O Conselheiro
1735 Anderson sugere que durante as reuniões regionais, sejam pautadas questões relativas ao
1736 CAPACITASUAS, com a participação da Comissão de Política juntamente com a Comissão de
1737 Acompanhamento aos Conselhos nas reuniões regionais devido a execução problemática que o
1738 Programa apresenta. A Conselheira Cláudia considera o acompanhamento em loco, uma atividade
1739 muito complexa, todavia concorda com a qualificação dos processos, definição de indicadores,
1740 modalidades, critérios, diálogo com a SNAS para discernimento sobre o acesso e egressos no
1741 programa CAPACITASUAS, o percentual e níveis de produções. A Conselheira Denise informa
1742 que os dados existem, porém o CNAS deve ter conhecimento e acompanhar as informações de
1743 forma a analisa-las frequentemente, portanto propõe a discussão sobre a relação da Comissão de
1744 Acompanhamento aos Conselhos com a Comissão de Política, uma agenda com a SNAS e a SAGI
1745 sobre a execução do CAPACITASUAS. A Conselheira Jucileide sugere que seja discutido no
1746 âmbito da Comissão de Política a proposta de uma nova Comissão para acompanhamento do
1747 CAPACITASUAS. O Conselheiro Anderson procede a leitura dos Encaminhamentos: *"O CNAS
1748 atuará na orientação aos CEAS e CMAS sobre o seu papel no controle social do CapacitaSUAS.
1749 Reunião conjunta da comissão de política de Assistência social e comissão de acompanhamento
1750 aos conselhos sobre o CapacitaSUAS com participação da SNAS e SAGI. Pautar o controle social
1751 do CapacitaSUAS nas reuniões regionais. Discussão no âmbito da comissão de política de
1752 Assistência social para instituir uma Subcomissão de acompanhamento ao CapacitaSUAS."* A
1753 Conselheira Margareth informa que participará da oficina do dia 19 e questiona se os membros da
1754 mesa de negociação estará na Oficina, tendo em vista que não consta na memória da Presidência
1755 Ampliada. A Conselheira Telma informa que não dispôs de tempo para verificar a informação,
1756 porém se prontifica a verificar posteriormente. Aprovado o Relato da Comissão de Política. **Item -
1757 Nota de Repúdio à proposta do deputado em relação ao corte no orçamento do Programa
1758 Bolsa Família.** A Nota foi realizada pelas Conselheiras Laís, Márcia e Telma, e a Conselheira

1759 Márcia Góes procede a leitura da Nota: “Nota Pública, CNAS contra proposta de corte do
1760 orçamento 2016 para o Programa Bolsa Família. O Conselho Nacional de Assistência Social -
1761 CNAS, órgão superior de deliberação, instituído pela Lei orgânica de Assistência Social, LOA, Lei
1762 número 8742 de 7 de dezembro de 1993, composto com a representatividade da Sociedade Civil e
1763 do poder público, tem a missão de promover o controle social da Política Pública de Assistência
1764 Social e contribuir para o seu permanente aprimoramento, a partir das necessidades da população
1765 brasileira, vem a público manifestar repúdio à proposta do Deputado Federal Ricardo Barros, de
1766 corte de R\$ 10 milhões de reais do orçamento da União, de 2016, para o Programa Bolsa Família.
1767 O Programa Bolsa Família é o programa Federal de transferência de renda criado em 2003, que
1768 tem como principais eixos, o complemento da renda, exclusiva a famílias de baixa renda e em
1769 situação de pobreza, o acesso a direitos, saúde, educação e Assistência Social, entre outros, e
1770 articulação com outras ações. É executado pelos Municípios em gestão compartilhada com Estados
1771 e Governo Federal e tem contribuído sobre a maneira para o combate a pobreza e as
1772 desigualdades social no Brasil. Além de retirar 36 milhões de pessoas de extrema pobreza, o
1773 Programa Bolsa Família garante a permanência de 17 milhões de crianças e jovens na escola, e o
1774 acompanhamento de saúde e vacinação de 7.5 milhões de crianças. Houve uma redução inédita no
1775 Brasil da desigualdade de renda nos últimos 12 anos, e o Programa Bolsa Família foi o
1776 responsável por parte significativa dessa redução. Juntamente com o crescimento da economia e
1777 iniciativas como o aumento real do salário mínimo, e a da cesta básica, a criação do Bolsa Família
1778 foi fator decisivo para a melhoria das condições de vida, das condições de acesso, a alimentação
1779 adequada das famílias mais vulneráveis à fome. Cabe destacar, que conforme pesquisa realizada
1780 pelo Ibase, os recursos repassados pelo Bolsa Família são gastos principalmente com alimentação,
1781 o que faz do programa, uma iniciativa estratégica para assegurar o direito humano à alimentação.
1782 Somando-se a transferência de renda, temos a atuação conjunta das políticas sociais no programa,
1783 estas, enfrentam a pobreza e não apenas é garantido a complementação da renda, mas em suas
1784 várias dimensões, a partir da promoção de acesso a assistência social, educação e saúde e demais
1785 serviços públicos, atendendo e acompanhando assim, o público para o qual a pobreza era mais
1786 resistentes: mulheres, negros, crianças e famílias residentes na região nordeste. A pobreza
1787 multidimensional crônica, no país, caiu de 8.3% em 2004 para 1.1% em 2013, de acordo com
1788 estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, baseado em indicador
1789 do Banco Mundial. No âmbito do SUAS, destacamos o Centro de Referência de Assistência Social,

1790 o CRAS, que realiza o cadastro e a atualização cadastral dos beneficiários, desenvolve, através do
1791 PAIF, trabalho social com as famílias para o fortalecimento do seu papel protetivo e acesso a
1792 direitos. Também acompanha as famílias beneficiárias do Bolsa Família diante de situações que
1793 dificulta o cumprimento das condicionalidades, já nas situações de violações de direito, as famílias
1794 encontram proteção no Centro de Referência Especializada de Assistência Social, CREAS. As
1795 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, assume o compromisso de manter seus filhos na
1796 escola, eles precisam frequentar no mínimo 85% das aulas, enquanto o resto dos alunos da rede
1797 pública, a exigência mínima é de 75%. Já o estudante entre 16 e 17 anos, deve frequentar ao menos
1798 75% das aulas, esse é um compromisso também do Estado, que deve garantir a oferta do serviço
1799 educacional a população. Frequentando a escola, milhões de crianças e jovens começam a traçar
1800 um novo futuro, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2013, o aluno do Bolsa
1801 Família, tem apresentado menor taxa de abandono e desempenho, equivalente aos colegas que não
1802 integram o programa. O benefício repassado as famílias, ainda contribui para a compra de
1803 material escolar entre outros investimentos na educação das crianças e adolescentes. No ensino
1804 fundamental, a taxa de aprovação dos alunos beneficiários cresceu de 80.5% em 2008, para 86.3%
1805 em 2013. A taxa de abandono é de 2.5% entre os beneficiários e 2.7% entre os que não estão no
1806 programa. No nordeste as taxas são de 3.3 entre beneficiários e de 6.1% entre os quais não
1807 participam do Bolsa Família. Além disso, mais de 33 mil escolas que tem maioria dos alunos
1808 beneficiárias do Programa Bolsa Família, aderiram ao Programa Mais Educação e ofertam
1809 atividades em período integral. Ao vincular transferência de renda da condicionalidade de saúde
1810 as crianças são acompanhadas desde que nascem, com o pré-natal das beneficiárias gestantes. A
1811 exigência de acompanhamento, teve repercussão direta na queda da mortalidade infantil, 19% em
1812 crianças de até 5 anos, e na diminuição em 14% do número de nascidos prematuros. Os números
1813 mostram que a redução da mortalidade foi ainda maior, quando observado causas específicas,
1814 como desnutrição, 65% e diarreia, 53%. Afastado o risco de morte nos primeiros anos de vida, as
1815 crianças também tem superado as deficiências nutricional crônica, que caiu pela metade, de 17.5%
1816 em 2008, para 8.5% em 2012, por conta disso, a altura média das crianças do Bolsa Família,
1817 aumentou, no caso dos meninos passou de 107.8 Cm em 2008, para 108.6 Cm em 2012, as meninas
1818 passaram de 106.12 para 107.9 Cm no mesmo período, destacamos ainda como fundamental o
1819 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o PRONATEC, que oferece cursos
1820 profissionalizantes, além de outras iniciativas para a inclusão produtiva das famílias. O Programa

1821 *de Transferência de Renda brasileiro, é reconhecido internacionalmente, também pelo seu baixo*
1822 *custo e pelo foco que, mantendo os mais pobres, por meio de rotinas de controle das informações*
1823 *que envolve, atualização cadastral que ocorre a cada 2 anos, e o cruzamento de dados com outras*
1824 *bases oficiais de rendimento do trabalho e previdência. Por exemplo, todos os titulares de cartões*
1825 *de Bolsa Família, tem seus nomes publicados na internet ou no site do portal da transparência. O*
1826 *número de famílias que participam do Bolsa Família, vem se mantendo estável, desde 2012, com a*
1827 *saída de quem melhora da vida, ou não mais se encaixa no perfil do programa, e a entrada de*
1828 *novas famílias impactadas por dificuldades econômicas. As metas de atendimento do programa são*
1829 *projetadas com base na pesquisa do IBGE, identificando as famílias em risco de pobreza. Os*
1830 *pagamentos do Programa Bolsa Família vem sendo integralmente preservados pelo Governo, a*
1831 *proposta de Lei Orçamentária da União para 2016, enviada pelo Governo ao Congresso Nacional*
1832 *prevê o repasse de 28.8 bilhões à cerca de 14 milhões de famílias beneficiárias. O corte de 35% no*
1833 *orçamento do Programa Bolsa Família causaria impactos negativos nos resultados que o*
1834 *programa gera para a sociedade brasileira, a redução de recursos disponíveis ao programa*
1835 *representaria devolver milhões de famílias a condição de extrema pobreza. Diante dos dados*
1836 *apresentados, não se pode retroceder, pela defesa da manutenção integral do orçamento ao*
1837 *Programa Bolsa Família, pela proteção social de milhões de brasileiros e brasileiras.”. Após*
1838 *contribuições dos Conselheiros e Conselheiras, especialmente com alterações na redação, o Pleno*
1839 *indica o seguinte Encaminhamento: que o texto seja revisado pelas Conselheiras Denise e Laís,*
1840 *considerando as contribuições e sugestões dos Conselheiros na presente reunião e a entrega ou*
1841 *assinatura conjunta com CNAS CONGEMAS e FONSEAS. Encaminhar nota para as lideranças*
1842 *frente a todos os deputados por e-mail. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o*
1843 *Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os*
1844 *debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a*
1845 *fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de vinte e três de outubro de dois mil e*
1846 *quinze.*